
Allianz Seguros S.A.
Demonstrações financeiras
individuais em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais

Aos Administradores e Acionistas
Allianz Seguros S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Allianz Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Allianz Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 27 de fevereiro de 2018, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as

Allianz Seguros S.A.

demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Allianz Seguros S.A.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais da Seguradora. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Sá da Matta
Contador CRC 1SP216397/O-5

Allianz Seguros S.A.
Parecer dos auditores atuariais independentes
31 de dezembro de 2018



Parecer dos auditores atuariais independentes

Aos Acionistas e Administradores da
Allianz Seguros S.A.

Escopo da auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção da Allianz Seguros S.A. (Sociedade) em 31 de dezembro de 2018 (doravante denominados, em conjunto, “itens auditados”), elaborados sob a responsabilidade de sua administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Responsabilidade da administração

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.



Allianz Seguros S.A.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Allianz Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2018, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019


PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino
São Paulo - SP - Brasil 05001-903
CNPJ nº 02.646.397/0001-19
CIBA 105


Carlos Eduardo Silva Teixeira
MIBA 729

ALLIANZ SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.573.796/0001-66

www.allianz.com.br

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis Individuais da Allianz Seguros S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, Relatório dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.

Economia

Ao iniciar 2018 as expectativas de crescimento para o Produto Interno Bruto – PIB era aproximadamente 3% e foram gradativamente reduzidas com o passar dos meses, recuando para uma previsão atual de 1,3%. Há que se considerar alguns eventos para justificar o comportamento da economia nacional como o cenário eleitoral e a incerteza com o futuro do país para questões econômicas estruturais, o fraco crescimento econômico, o elevado índice de desemprego, a disparada do preço dos combustíveis, impactada pela política de preços praticada pela Petrobras e a expressiva alta da moeda norte americana, que atingiu R\$ 4,49 e encerrou o ano a R\$ 3,90. Num contexto conturbado um fator positivo: a inflação permaneceu controlada e encerrou o ano em 3,75%, resultado este dentro do esperado pelo mercado e com grande folga aos 4,5% estabelecido pelo governo.

Para 2019 a previsão de crescimento do PIB é de 2,4%, condicionada à aprovação de reformas essenciais incluindo as tributárias, previdenciárias e de investimento na capacidade produtiva, logística e de construção civil.

Mercado Segurador

Os prêmios emitidos pelo mercado supervisionado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP – atingiram ao final de 2018 R\$ 105,1 bilhões (R\$ 99 bilhões em 2017), indicando crescimento na ordem de 6,2% na comparação entre os exercícios.

As expectativas para o setor de seguros no próximo ano são extremamente otimistas e consideram projeções de crescimento acima de 10%.

Para os próximos três anos o mercado segurador, necessariamente, deverá se adaptar a algumas tendências impostas pelas chamadas *Insurtechs*, como a eliminação da burocracia para a contratação de seguros, a utilização de ambiente 100% online e a entrada dos algoritmos de análises de comportamentos, auxiliando na precificação mais realista do seguro contratado. Estas tendências trarão benefícios e melhorias para o setor, tendo em vista a modernização e personalização de planos e vantagens para os segurados.

Indicadores de desempenho econômico

As constantes melhorias e diferentes ações concebidas pela Administração para o crescimento operacional, excelência na prestação de serviços junto aos parceiros de negócios, atendimento às necessidades dos clientes e referência no mercado segurador, proporcionaram resultados operacionais assim destacados:

Prêmios emitidos líquidos – Ao final do exercício a Seguradora registrou R\$ 3,2 bilhões (R\$ 3,1 bilhões em 2017) em prêmios emitidos líquidos de cosseguro cedido, representando crescimento na ordem de 6,1% quando comparado ao exercício anterior. As principais carteiras que contribuíram para este crescimento foram: automóveis 5,6%, transportes 8,6%, pessoas coletivo 18,1% e pessoas individual 28% e refletiram as melhorias nos processos e serviços oferecidos pela Seguradora.

Sinistros ocorridos – Acrescidos em 19% quando comparados ao exercício imediatamente anterior, os sinistros retidos foram impactados por ocorrências de significativos montantes nas carteiras patrimonial, automóveis, e rural.

Outras despesas operacionais – Apresentadas de forma detalhada na nota explicativa 18.5, a rubrica Outras despesas operacionais sofreu variação significativa na comparação entre os exercícios e foram diretamente impactados pelo acréscimo de valor recuperável atribuído aos sinistros de resseguros e cosseguros cedidos, determinados através de estudos e análises das referidas recuperações durante o exercício de 2018.

Resultado com resseguro – O resultado das operações de resseguro foi reduzido em 83,5% na comparação com exercício anterior, impactado substancialmente pela contabilização de recuperação de sinistro de expressivo montante.

Despesas Administrativas – Ao final de 2018 as Despesas administrativas foram incrementadas em 10,1% quando comparadas ao exercício anterior e estão apresentadas na nota explicativa 18.6. As

principais variações concentraram-se nas linhas Serviços de terceiros que contemplaram custos com consultoria especializada e publicidade e propaganda que consideraram custos de marketing e despesas de relacionamento.

Resultado Patrimonial – Contribuiu positivamente para a composição do resultado operacional do exercício de 2018 o resultado de equivalência patrimonial em empresa controlada, comparado ao montante registrado em 2017. A abertura desta rubrica está apresentada na nota explicativa 18.10.

O resultado do exercício totalizou R\$ (15,5) milhões (R\$ (51,1) milhões em 2017).

Balanços Patrimoniais

O ativo total da Seguradora atingiu R\$ 5,9 bilhões (R\$ 5,7 bilhões em 2017), incrementados em 4,6%. Ao final do exercício o patrimônio líquido da Seguradora totalizou R\$ 894,3 milhões (R\$ 880 milhões em 2017), elevado em 1,6% na comparação entre os exercícios. As provisões técnicas totalizaram R\$ 4,1 bilhões (R\$ 4 bilhões em 2017).

Declaração sobre capacidade financeira

Através do estudo do seu fluxo de caixa, a Seguradora considera deter capacidade financeira, e em atendimento à Circular SUSEP 517/15, manifesta a sua intenção de observar os prazos de resgate originais dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento”, que somam R\$ 157,3 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Reinvestimentos de lucros e distribuição de dividendos

A destinação do lucro apurado em cada exercício social é proposta pelo Conselho de Administração, por ocasião das demonstrações financeiras. A aprovação desta proposta está condicionada ao parecer dos Acionistas da Seguradora, devidamente registrado em ata na qual constará, entre outras informações, e caso aplicável, a parcela do lucro líquido ajustado que será distribuída a título de dividendos e a parcela do lucro que será retida para preservação e manutenção do capital social aplicado.

Aos acionistas fica assegurado, pela legislação societária, o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei.

Em 31 de dezembro de 2018 a Seguradora apresentou prejuízo de R\$ 15,5 milhões, não sendo proposta distribuição de dividendos.

Allianz Seguros: crescimento sustentável, simplificação e ainda mais proximidade com o corretor

A Allianz Seguros (Seguradora) é uma empresa do Grupo Allianz, que está presente em 70 países e acumula mais de 125 anos de história. Reconhecido por sua solidez financeira e alto coeficiente de solvência, o Grupo Allianz é um dos maiores do mundo em seguros e gestão de ativos, com mais de 88 milhões de clientes corporativos e de varejo, atendidos por 140 mil colaboradores. Em 2018, registrou receitas de 130,6 bilhões de euros e lucro operacional de 11,5 bilhões de euros.

Graças à integração sistemática de critérios ambientais e sociais em seus processos de negócios e decisões de investimentos, mantém posição de liderança entre as seguradoras no Índice Dow Jones de Sustentabilidade.

No Brasil, a marca Allianz está presente como seguradora há 115 anos e atua em seguros de ramos elementares, vida e saúde empresarial. Essas soluções são ofertadas a pessoas físicas e jurídicas em todo o território nacional por meio de mais 50 filiais e aproximadamente 15 mil corretores de seguros, que são os principais parceiros de negócios da Seguradora.

A Seguradora tem como premissa desenvolver ações de longo prazo, tanto em seus negócios como no campo social. Aqui no país, a Associação Beneficente dos Funcionários do Grupo Allianz (ABA) foi fundada em 1994. Há mais de 20 anos, a ABA proporciona espaço de convívio para crianças e adolescentes, moradores da Comunidade Santa Rita, (zona Leste da cidade de São Paulo), em horários complementares ao da escola. Mais de 6 mil crianças já foram atendidas.

O principal objetivo da ABA é gerar oportunidades de crescimento pessoal e social por meio de diversas linguagens (artes visuais, artes digitais e ballet clássico), atividades desportivas (xadrez, natação, jogos cooperativos, entre outros), além dos programas de desenvolvimento socioemocional, que buscam oferecer subsídios para esses jovens aprenderem a lidar com as emoções. Para trabalhar as habilidades e competências plenamente, há ainda outros programas, como o Programa de Desenvolvimento Estudantil e Profissional, fruto de uma parceria com o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE) e o Programa de Ações Sustentáveis, que visa gerar o envolvimento e participação da comunidade local. A Seguradora acredita que de forma contínua, permanente e com perspectiva de inclusão, pode contribuir ainda mais para o desenvolvimento desta comunidade.

Visão de futuro

Em mais de um século de atuação no país, a Seguradora vivenciou diferentes fases da sociedade e do mercado segurador. Para garantir sua perpetuidade, sempre soube se reinventar e inovar, sem temer ao adotar medidas necessárias que garantam seu crescimento e desenvolvimento sustentável. A Seguradora vem se dedicando a aprimorar processos e produtos que supram as necessidades de corretores de seguros e clientes.

Em 2018, a Seguradora chegou a uma nova etapa, após quebrar paradigmas e passar por transformações nos últimos anos. Neste período, implementou soluções para atender as demandas da era atual, norteadas por ações disruptivas, necessárias às organizações com visão de futuro.

A Seguradora vem alicerçando sua atuação tendo como bases a simplicidade, conectividade, eficiência e proximidade. Com a integração desses princípios, objetiva uma operação mais ágil, principalmente, no que diz respeito às vendas e prestação de serviços. Esse modelo também resulta em diminuição de custos operacionais e ganho de produtividade tanto à Seguradora quanto aos corretores, uma vez que o canal de distribuição opera com mais autonomia e processos totalmente automatizados.

Como forma de iniciar as mudanças no modelo de negócios, os produtos de varejo como o Automóvel, Vida Individual e Residência foram os primeiros a passar por aprimoramentos. Já no segundo semestre, foram apresentadas as evoluções do Vida Global PME. Utilizando a tecnologia como ferramenta, esses seguros e os processos inerentes a eles foram simplificados. Os produtos de Automóvel, Vida Individual e Global PME e Residência já têm menor quantidade de campos na cotação entre todas as seguradoras e também preenchimento automático. São investimentos que buscam colocar a cotação da Seguradora como a mais ágil do mercado. Além disso, houve a facilitação da comparação dos preços e pacotes porque tudo passou a ficar lado a lado em uma única tela.

Como maneira de fortalecer ainda mais o Allianz Auto, a Seguradora expandiu a “Rede Excelência Allianz”, modelo de atendimento e serviços em oficinas mecânicas e de funilaria inédito no mercado segurador brasileiro. A inovação está na qualidade dos reparos, comodidade e agilidade ao segurado no processo de sinistro, pois todo o atendimento é realizado em um só lugar e de forma inteiramente automatizada. Por meio dele, a Seguradora consegue garantir a qualidade no atendimento aos seus clientes e fortalecer seu relacionamento com seus fornecedores. Dos 20 estabelecimentos com esse padrão, oito foram inaugurados em 2018.

Na linha corporativa, o destaque ficou por conta do lançamento do Allianz Propriedades Rurais – Penhor Rural. Com esse novo ramo, a empresa investiu na robustez e competitividade de sua linha de Agronegócios, ao segurar propriedades adquiridas por meio de diversas modalidades de financiamento (bancário, Finame Agrícola, Finame Moderfrota, Finame Prodeagro Leite ou outros financiamentos com Cédula de Crédito Rural).

A diversificação também está no centro da estratégia da Seguradora para alavancar a entrada de segurados nos demais ramos, sua rentabilidade e de seus parceiros de negócios. Atualmente, quanto mais intuitivo e disponível na ponta estiver o portfólio, maiores serão as chances de o corretor explorar as ofertas.

As evoluções realizadas foram possíveis pelo fato do Grupo Allianz estar na vanguarda para o desenvolvimento de seguros compatíveis às novas demandas globais, além de iniciativas da Seguradora, como: manutenção de altos índices de engajamento, o qual apontou que 90% dos colaboradores tem “Orgulho de Pertencer”; representativos investimentos em tecnologia; forte trabalho técnico; e intenso esforço comercial e de operações – esse último contou com quase 200 frentes, entre 2016 e 2018, e um dos destaques é a “Paperless”, por também mitigar impactos ambientais. Por meio desta iniciativa, foi possível digitalizar processos internos e ainda foi implementado o kit 100% digital aos segurados, com a disponibilização eletrônica de apólices, endossos e carteirinhas. Esse conjunto de ações impactou o canal de vendas e também agregou valor na percepção dos segurados. Em 2018, a Seguradora passou a ser a seguradora do mercado brasileiro mais recomendada pelos clientes, uma empresa *Loyalty Leader*, ou seja, Líder em Recomendação.

Prêmios aos produtos da Allianz Seguros

Ao longo de 2018, a Seguradora recebeu os seguintes reconhecimentos:

Abril: 15º Prêmio Segurador Brasil

A Seguradora recebeu quatro troféus do Prêmio Segurador Brasil. Três deles na categoria “Melhor Desempenho, conglomerados acima de R\$ 2,5 bilhões” nas carteiras de Acidentes Pessoais, Aeronáuticos e Responsabilidade Civil – E&O. A quarta premiação também foi relacionada ao ramo Aeronáuticos pelo fato de a Seguradora ter apresentado o “Maior Crescimento em Vendas”.

Setembro: 18º Prêmio Mercado de Seguros

A Seguradora recebeu o Troféu Gaivota de Ouro, na categoria “Excelência em Produtos de Seguradoras” pelo desempenho da carteira de Riscos Industriais.

100 Melhores Empresas em Satisfação dos Clientes no Brasil

A Seguradora foi eleita uma das “100 Melhores Empresas em Satisfação dos Clientes no Brasil”, pelo segundo ano consecutivo. Foi ainda a vencedora da categoria “Seguros Gerais” e em “Seguros de Veículos” figurou entre as cinco primeiras colocadas.

Outubro: Fundo de Inovação Social do Grupo Allianz

O projeto de responsabilidade social corporativa, que objetiva criar um centro digital a ser conduzido pela Associação Beneficente dos Funcionários do Grupo Allianz (ABA), apresentado pela Seguradora ao Fundo de Inovação Social do Grupo Allianz (*Social Innovation Fund*) obteve a primeira colocação dentre os projetos apresentados por diversos países.

Dezembro: Anuário Melhores Serviços

A Seguradora ficou entre as três empresas mais bem avaliadas na categoria “Seguro de Automóveis”.

Allianz Parque: gol de placa da Seguradora no país

Reconhecido como o mais bem-sucedido *naming rights* de estádio do país, a Seguradora conta, em São Paulo, com uma plataforma para exposição de sua marca e geração de relacionamentos e negócios, o Allianz Parque. A Seguradora nomeia a arena multiuso mais moderna do País, considerada uma das mais espetaculares do mundo, segundo o portal espanhol “El Gol”.

Desde sua inauguração, em novembro de 2013, já recebeu 7 milhões de pessoas, 3,9 milhões delas acompanharam às 126 partidas de futebol, outras 2 milhões assistiram aos 68 shows e mais de 50 mil participaram do Allianz Parque Tour. Durante todo o ano de 2018, passaram pelo local 1,8 milhão de pessoas, sobretudo nos 34 jogos e 17 shows.

Entre os megashows recebidos pelo Allianz Parque em 2018 estão: Katy Perry, Ozzy Osbourne, Phill Collins, Foo Fighters e Shakira. Esse último foi o destaque no que diz respeito ao público, com 45,8 mil espectadores. Já a quantidade de público mais expressiva em partidas de futebol foi tida no jogo entre Palmeiras e Corinthians, com 41,2 mil torcedores.

Agradecimentos

Aos acionistas pelo apoio operacional e estratégico. Aos nossos segurados e corretores pela confiança na marca Allianz. Aos nossos colaboradores pela dedicação, ética e, sobretudo, pelo comprometimento com a qualidade das informações prestadas.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da Allianz Seguros S.A. é um órgão estatutário, subordinado ao Conselho de Administração, constituído em atendimento às normas do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

No cumprimento de suas atribuições o Comitê participou de reuniões com as áreas de contabilidade, de compliance, de riscos e controles internos, atuarial, de sinistros, de resseguros e com os auditores internos e externos, conferindo, por meio de diferentes fontes e análise de relatórios, as informações sobre os assuntos considerados relevantes.

Com base nas informações recebidas e nas observações efetuadas, o Comitê entende que o sistema de controles internos da Allianz Seguros S.A. é adequado ao porte e complexidade de seus negócios e avalia como efetiva a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela auditoria interna e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

Os trabalhos realizados pela auditoria interna e pela auditoria externa não apontaram falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que pudessem influir ou comprometer as informações constantes das demonstrações financeiras.

O Comitê analisou procedimentos relacionados com o processo de preparação das demonstrações financeiras e notas explicativas, bem como das práticas contábeis relevantes utilizadas na elaboração das mesmas, verificando que estão alinhadas às práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Com base nas revisões e discussões acima referidas, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração da Allianz Seguros S.A. a aprovação das demonstrações financeiras auditadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019

COMITÊ DE AUDITORIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2018	2017
CIRCULANTE		2.758.310	3.071.939
DISPONÍVEL		33.367	31.445
Caixa e bancos		33.367	31.445
APLICAÇÕES	5.1	412.930	775.112
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		1.239.103	1.212.020
Prêmios a receber	6.1	1.019.001	953.134
Operações com seguradoras	6.2	8.796	21.722
Operações com resseguradoras	6.3	211.306	237.164
OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS	7	7.232	21.820
ATIVOS DE RESSEGURO - PROVISÕES TÉCNICAS	14.2	725.734	722.773
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		37.039	21.639
Títulos e créditos a receber		895	3.424
Créditos tributários e previdenciários	19.1	36.119	17.445
Outros créditos		25	770
OUTROS VALORES E BENS		21.125	27.371
Bens à venda	8	21.003	27.111
Outros valores		122	260
DESPESAS ANTECIPADAS		158	197
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	9	281.622	259.562
Seguros		281.622	259.562
ATIVO NÃO CIRCULANTE		3.178.652	2.606.074
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.892.981	2.316.203
APLICAÇÕES	5.1	1.737.038	1.215.035
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		55.873	54.117
Prêmios a receber	6.1	55.873	54.117
OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS	7	7	6
ATIVOS DE RESSEGURO - PROVISÕES TÉCNICAS	14.2	668.502	751.405
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		397.202	257.144
Títulos e créditos a receber		3.109	5.547
Créditos tributários e previdenciários	19.1	139.559	131.767
Depósitos judiciais e fiscais	15	252.629	118.075
Outros créditos operacionais	15	1.905	1.755
EMPRÉSTIMOS E DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS		-	8.678
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	9	34.359	29.818
Seguros		34.359	29.818
INVESTIMENTOS		215.654	211.294
Participações societárias	10.1	211.526	207.122
Imóveis destinados à renda	10.2	4.128	4.172
IMOBILIZADO	10.2	39.822	42.615
Imóveis de uso próprio		1.122	1.128
Bens móveis		16.157	16.663
Outras imobilizações		22.543	24.824
INTANGÍVEL	10.3	30.195	35.962
Outros intangíveis		30.195	35.962
TOTAL ATIVO		5.936.962	5.678.013

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

PASSIVO	Nota	2018	2017
CIRCULANTE		3.098.530	3.057.983
CONTAS A PAGAR		197.162	201.764
Obrigações a pagar	11	112.574	119.718
Impostos e encargos sociais a recolher		64.962	63.638
Encargos trabalhistas		12.320	13.122
Impostos e contribuições	19.3	7.306	5.286
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		433.380	416.217
Prêmios a restituir		243	640
Operações com seguradoras	12	5.480	5.574
Operações com resseguradoras	12	321.923	304.870
Corretores de seguros e resseguros	12	101.880	99.985
Outros débitos operacionais		3.854	5.148
DEPÓSITOS DE TERCEIROS	13	5.295	9.417
PROVISÕES TÉCNICAS – SEGUROS	14.1	2.442.379	2.399.589
Danos		2.310.361	2.266.671
Pessoas		108.164	115.881
Vida individual		23.553	16.775
Vida com cobertura por sobrevivência		301	262
OUTROS DÉBITOS		20.314	30.996
Provisões judiciais	15	20.314	30.996
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.944.152	1.740.087
CONTAS A PAGAR		38.723	17.516
Obrigações a pagar	11	10.776	7.478
Tributos diferidos	19.1	27.947	10.038
DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		28.023	45.847
Operações com resseguradoras	12	24.322	42.939
Corretores de seguros e resseguros	12	3.701	2.908
PROVISÕES TÉCNICAS – SEGUROS	14.1	1.615.798	1.563.010
Danos		1.136.782	1.143.236
Pessoas		472.588	417.385
Vida individual		6.428	2.389
OUTROS DÉBITOS		261.608	113.714
Provisões judiciais	15	261.608	113.714
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	894.280	879.943
Capital social		1.661.743	1.661.743
Reservas de reavaliação		1.403	1.451
Ajustes de avaliação patrimonial		43.850	13.964
Prejuízos acumulados		(812.716)	(797.215)
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.936.962	5.678.013

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais exceto resultado do exercício por ação)

	Nota	2018	2017
PRÊMIOS EMITIDOS LÍQUIDOS	18.1	3.242.532	3.057.093
VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS		(128.985)	(171.168)
(=) PRÊMIOS GANHOS	17.1	3.113.547	2.885.925
(-) SINISTROS OCORRIDOS	18.2	(2.066.291)	(1.736.499)
(-) CUSTOS DE AQUISIÇÃO	18.3	(585.751)	(565.946)
(+) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	18.5	(105.020)	(42.429)
(+) RESULTADO COM RESSEGURO	18.4	(47.348)	(286.623)
(+) RECEITA COM RESSEGURO		394.774	209.444
(-) DESPESA COM RESSEGURO		(442.122)	(496.067)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	18.6	(414.783)	(376.621)
(-) DESPESAS COM TRIBUTOS	18.7	(102.153)	(40.695)
(-) RESULTADO FINANCEIRO	18.8 e 18.9	210.350	218.286
(-) RESULTADO PATRIMONIAL	18.10	11.178	(75.127)
(=) RESULTADO OPERACIONAL		13.729	(19.729)
(+) GANHOS OU PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES	18.11	201	1.338
(=) RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		13.930	(18.391)
(-) IMPOSTO DE RENDA	19.2	5.928	(8.236)
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19.2	(6.763)	(7.145)
(-) PARTICIPAÇÕES SOBRE O RESULTADO		(28.644)	(17.327)
(=) RESULTADO DO EXERCÍCIO		(15.549)	(51.099)
(/) QUANTIDADE DE AÇÕES		1.725.891.233	1.725.891.233
(=) Resultado do exercício por ação		(0,01)	(0,03)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

ALLIANZ SEGUROS S. A.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**
(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento capital (em aprovação)	Reserva de Reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2017	1.323.035	169.354	1.453	1.219	(746.132)	748.929
AUMENTO DE CAPITAL:	338.708	(169.354)	-	-	-	169.354
AGO/E de 21/12/2016 - Portaria SUSEP 241/17	169.354	(169.354)	-	-	-	-
AGO/E de 30/03/2017 - Portaria SUSEP 367/17	99.620	-	-	-	-	99.620
AGO/E de 03/06/2016 - Portaria SUSEP 538/17	69.734	-	-	-	-	69.734
RESERVA DE REAVALIAÇÃO	-	-	(2)	-	16	14
Realização líquida de tributos	-	-	-	-	-	-
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	12.745	-	12.745
Reconhecidos por ativos próprios	-	-	-	10.860	-	10.860
Reconhecidos por equivalência patrimonial	-	-	-	1.885	-	1.885
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	(51.099)	(51.099)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	1.661.743	-	1.451	13.964	(797.215)	879.943
RESERVA DE REAVALIAÇÃO	-	-	(48)	-	48	-
Realização por depreciação	-	-	-	-	-	-
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	29.886	-	29.886
Reconhecidos por ativos próprios	-	-	-	29.653	-	29.653
Reconhecidos por equivalência patrimonial	-	-	-	233	-	233
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	(15.549)	(15.549)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	1.661.743	-	1.403	43.850	(812.716)	894.280

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(15.549)	(51.099)
Varição no valor justo dos ativos financeiros		
Reconhecidos por ativos próprios	47.562	19.746
Reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial	132	3.427
Efeitos tributários sobre outros resultados abrangentes (*)	<u>(17.808)</u>	<u>(10.428)</u>
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES	<u>14.337</u>	<u>(38.354)</u>

(*) Os saldos de 2018 dos Tributos diferidos foram constituídos à alíquota de 40%, as reversões do exercício de 2017 foram calculados à alíquota de 45%. (Vide Nota - 3.8)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA METODO INDIRETO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

	Nota	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do exercício		(15.549)	(51.099)
Ajustes para:			
Provisão imposto de renda e contribuição social do exercício	19.2	835	15.381
Depreciação e amortizações	10.2 e 10.3	13.744	14.736
Resultado de equivalência patrimonial	10.1	(4.171)	86.933
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		4.265	907
(Ganho) na alienação de imobilizado	18.11	(201)	(1.267)
Variação da provisões técnicas		420.224	450.014
Variação da redução / (reversão) ao valor recuperável	18.5	31.644	(13.133)
Variação outros ativos e passivos		3.026	2.992
Outros ajustes		-	13
Variação nas contas patrimoniais:			
Ativos financeiros		(208.374)	(184.289)
Créditos das operações com seguros e resseguros		(60.369)	(94.350)
Ativos de resseguro		118.651	290.758
Créditos fiscais e previdenciários		914	(27.456)
Despesas antecipadas		39	785
Outros ativos		35.132	2.259
Depósitos judiciais e fiscais		(2.233)	4.414
Outras contas a pagar		(4.673)	(17.094)
Impostos e contribuições		19.929	(4.752)
Débitos de operações com seguros e resseguros		(661)	(70.033)
Depósitos de terceiros		(4.122)	(2.145)
Provisões técnicas - seguros e resseguros		(389.956)	(522.987)
Provisões judiciais		3.041	(1.193)
Caixa líquido (consumido) pelas operações		(38.865)	(120.606)
Imposto sobre lucros pagos	19.3	(28.215)	(7.219)
Caixa líquido (consumido) nas atividades operacionais		(67.080)	(127.825)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimento pela venda:			
Imobilizado		739	2.126
Resgate de títulos disponíveis para venda e mantidos até o vencimento	5.2	1.281.910	1.561.600
Pagamento pela compra:			
Investimentos	10.1	-	(100.000)
Imobilizado	10.2	(5.535)	(2.927)
Intangível	10.3	(143)	-
Aplicações de títulos disponíveis para venda e mantidos até o vencimento	5.2	(1.233.357)	(1.508.076)
Variação de ajuste de avaliação patrimonial disponíveis para venda		29.653	10.860
Caixa líquido gerado / (consumido) nas atividades de investimento		73.267	(36.417)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de Capital		-	169.354
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		-	169.354
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		(4.265)	(907)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		1.922	4.205
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		31.445	27.240
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		33.367	31.445

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Allianz Seguros S.A. (“Seguradora”) é uma sociedade anônima de capital fechado sediada em São Paulo, na Rua Eugênio de Medeiros, 303, controlada no Brasil pela Allianz do Brasil Participações Ltda. e cujo controlador em última instância é a Allianz SE. Autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), a Seguradora opera em todas as modalidades de seguros dos segmentos de ramos elementares e pessoas cuja abrangência se dá em todo território nacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que incluem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), referendados pela SUSEP através da Circular nº 517/15, e alterações posteriores. Na elaboração das presentes demonstrações financeiras, foi observado o modelo de publicação contido na referida Circular SUSEP.

Em 31 de dezembro de 2018 determinadas notas explicativas, diretamente relacionadas à Gestão de Riscos, foram redefinidas para melhor apresentação dos dados. O exercício anterior foi ajustado para fins de comparabilidade e compreende alterações nas notas explicativas: (i) 4.3.1.1-Exposição de risco de crédito, na qual se altera o critério de coleta do rating e atribui classificação local para os ativos financeiros que anteriormente eram classificados de acordo com a perspectiva global; (ii) 4.3.1.2-Exposição ao risco com resseguradores, que contempla a parcela dos “Sinistros a recuperar” com resseguradores; e (iii) 4.2.4-Risco de subscrição que passa a ser apresentada considerando os prêmios emitidos líquidos de RVNE.

2.1 Base de elaboração

A preparação das demonstrações financeiras considera o custo histórico com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, os ativos mensurados a valor justo por meio do resultado e os ativos para venda mensurados pelo valor justo deduzidos os custos de venda (salvados) – valor realizável líquido.

As referidas demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios em curso normal da Seguradora e compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e as respectivas notas explicativas.

2.2 Circulante e não circulante

A cada data de balanço a Seguradora procede à revisão dos valores inseridos no ativo e passivo circulante, transferindo para o não circulante, quando aplicável, os valores cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data base. Os saldos dos ativos e passivos sem vencimento definido são classificados no ativo e passivo circulante e compreendem, substancialmente, as aplicações financeiras em quotas de fundos de investimentos.

2.3 Moeda funcional

A moeda do ambiente econômico principal a qual a Seguradora utiliza na preparação das demonstrações financeiras é o Real (R\$). Exceto quando expressamente mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima.

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado do período.

2.4 Estimativas e julgamentos

A preparação das referidas demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Seguradora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 – Aplicações financeiras

- Nota 6.1 – Prêmios a receber (redução ao valor recuperável)
- Nota 6.2 – Operações com seguradoras (redução ao valor recuperável)
- Nota 6.3 – Operações com resseguradores (redução ao valor recuperável)
- Nota 8 – Bens à venda – Salvados (redução ao valor recuperável)
- Nota 11 – Obrigações a pagar (contrato oneroso)
- Nota 14 – Provisões técnicas
- Nota 15 – Provisões judiciais
- Nota 19.1 – Créditos tributários e previdenciários

2.5 Conclusão das demonstrações financeiras individuais

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2019.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

3.1 Contratos de seguros

De acordo com as determinações contidas no Pronunciamento Técnico CPC 11 – Contratos de Seguros, que define as características de um Contrato de Seguro, a Seguradora procedeu à avaliação dos negócios e caracterizou suas operações como “Contratos de Seguros”.

Os contratos de resseguros são também classificados como contratos de seguros, pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo.

A cessão de resseguro é efetuada no curso normal das atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, uma vez que a existência do contrato não exige a Seguradora de suas obrigações para com os segurados.

As operações de resseguros são contabilizadas com base nos contratos firmados com as resseguradoras. As despesas e receitas oriundas desses contratos são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro. O prêmio mínimo de depósito é diferido de acordo com a natureza do contrato. Para contratos do tipo LOD – *Losses Occurring During*, o diferimento é feito em 12 meses, para contratos do tipo RAD – *Risk Attaching*, o diferimento é feito em 24 meses.

Os ativos e passivos financeiros decorrentes dos contratos de resseguro são baixados com base nas prestações de contas preparadas pela Seguradora e que estão sujeitas a análise dos resseguradores.

Os prêmios de seguros, de cosseguros e resseguros cedidos e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice ou fatura, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da emissão e reconhecidos no resultado de acordo com o prazo de vigência do período de cobertura do risco, através da constituição das provisões de prêmios não ganhos e do diferimento dos custos de aquisição. As operações de cosseguros aceitos são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e as operações de retrocessão são informadas pelo IRB.

Os prêmios de seguros e os correspondentes custos de aquisição cujo período de cobertura do risco já foi iniciado, mas cujas apólices ainda não foram emitidas (Riscos Vigentes e Não Emitidos – RVNE), são reconhecidos com base em estimativas.

Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado ao longo do período de recebimento das parcelas dos prêmios.

3.2 Instrumentos financeiros

Os critérios de classificação, mensuração e avaliação dos instrumentos financeiros, aplicados pela Seguradora estão assim descritos:

3.2.1 Caixa e equivalente de caixa

Incluem saldos em conta movimento sem vencimento e investimentos financeiros com vencimento original de até três meses a partir da data de contratação, com risco insignificante de mudança de valor justo e não vinculados à cobertura de provisões técnicas ou dados em outras formas de garantia.

3.2.2 Valor justo por meio de resultado

São classificados nessa categoria os ativos financeiros em que a Seguradora opera com finalidade e estratégia de manter negociações ativas e frequentes. O gerenciamento e a tomada de decisões de compras e vendas destes investimentos são baseados em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos, alinhados ao gerenciamento dos passivos oriundos das

operações de seguros. Esses ativos são registrados pelo valor justo, e as mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

3.2.3 Mantidos até o vencimento

Ativos financeiros caracterizados pela intenção da Administração em mantê-los até o vencimento, não comprometendo a capacidade financeira da Seguradora. São reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuídos. Após reconhecimento, estes instrumentos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e acrescidos dos rendimentos auferidos.

3.2.4 Disponíveis para venda

Ativos financeiros não derivativos que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Esses ativos são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas líquidas dos efeitos tributários no patrimônio líquido. No momento em que esses ativos são alienados, os saldos anteriormente classificados no patrimônio líquido são reconhecidos no resultado do período.

3.2.5 Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Estes ativos são reconhecidos ao valor justo, somados os custos de transação diretamente atribuíveis, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, e compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Outros créditos operacionais" e "Títulos e créditos a receber".

3.2.6 Valor justo dos ativos financeiros

O valor justo dos ativos financeiros é apurado da seguinte forma: (i) títulos públicos - com base nos preços de mercado secundários divulgados pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA); (ii) os certificados de depósitos bancários são registrados ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos atrelados à variação do CDI, que se aproximam de seu valor justo; (iii) as quotas de fundos de investimentos são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço.

3.2.7 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são caracterizados como uma obrigação contratual de pagamento de determinada importância em moeda ou em outros instrumentos financeiros. Os passivos financeiros da Seguradora contemplam substancialmente obrigações com fornecedores e contas a pagar.

3.2.8 Redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis

A estimativa de perda para riscos de crédito sobre prêmios a receber foi constituída com base na parcela do prêmio que pode não ser recebida. A metodologia de cálculo desta estimativa considera o percentual de inadimplência por *aging* para cada linha de negócios. Tais percentuais são obtidos através da análise histórica de recebimentos.

A metodologia da redução ao valor recuperável sobre as operações a recuperar com resseguradores é baseada no *aging* dos créditos vencidos e o *rating* de crédito das resseguradoras, cuja prestação de contas já foi apresentada à contraparte. A partir dessa separação, aplica-se o percentual de inadimplência calculado de acordo com a base histórica de recuperações de sinistros.

A avaliação para redução dos valores recuperáveis de cosseguro cedido considera o montante total a receber de recuperação acima de 180 dias e nos quais não existe ainda tratativa ativa com as congêneres.

Os montantes das estimativas constituídas são julgados suficientes pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização de créditos e contas a receber.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O valor recuperável de ativos não financeiros deve ser avaliado para determinar se há alguma indicação de *impairment*. Caso haja tal indicação, é estimado o valor recuperável do ativo. É reconhecida uma perda por *impairment* no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso.

Uma perda por *impairment* é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

3.4 Bens à venda – salvados

Bens patrimoniais integralmente indenizados aos segurados, em decorrência de um evento de sinistro. A mensuração de um salvado é feita em relação ao seu valor referencial de mercado, deduzidos dos custos diretamente relacionados à venda.

A parcela estimada dos salvados a recuperar, cujo sinistro foi avisado e ainda não pago, é contabilizada como redutora da provisão de sinistros a liquidar.

Para o grupo de ramos automóvel, os testes de consistência realizados pela Seguradora indicaram que não houve necessidade de constituição de redução ao valor recuperável, visto que o valor de abertura do salvado é muito próximo ao valor da venda e, na média, em até 12 meses, os salvados à venda são efetivamente liquidados. Para os demais ramos, a Seguradora aplicou o critério onde, na ausência de estudo, deve-se efetuar a redução ao valor recuperável do montante total superior ao período de sessenta dias em relação a data de cadastro do salvado, conforme previsto na Circular SUSEP nº 517/15, artigo 168.

3.5 Investimentos

3.5.1 Participações societárias

Refere-se a investimento na controlada Allianz Saúde S.A., avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

3.5.2 Imóveis destinados à renda

Imóveis próprios da Seguradora cuja finalidade é obter renda através da locação destes imóveis. Tais ativos foram registrados pelo custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada, calculada com base na vida útil estimada, e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável.

3.6 Imobilizado

O ativo imobilizado é reconhecido pelo custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável. O *software* adquirido como parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil.

As benfeitorias em imóvel de terceiros referem-se aos gastos realizados com instalações, melhorias e outras benfeitorias, de uso administrativo, com o objetivo de adequá-las às necessidades de utilização da Seguradora. A amortização é calculada de acordo com o prazo determinado em contrato.

Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

A apuração do ganho ou perda na alienação de um item do ativo imobilizado é calculada entre o valor efetivo recebido na alienação e o valor contábil residual do bem, sendo registrado no resultado do período.

3.7 Intangível

Gastos com desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e capacidade da Seguradora de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos *softwares* de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de *softwares* desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, são apresentados deduzidos da amortização acumulada gerada durante a vida útil.

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas à medida que são incorridas. A amortização é calculada sobre o custo do ativo sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, visto que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

3.8 Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e a contribuição social do período corrente é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que excede R\$ 240 no ano para imposto de renda e a 20% sobre o lucro tributável para a contribuição social. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. Ambos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido deve ser mensurado pelas alíquotas em que se espera serem aplicadas no momento pelo qual as diferenças temporárias forem revertidas. Neste sentido, aplicou-se a alíquota de 45% sobre as diferenças temporárias que se realizaram durante o ano de 2018 e 40% sobre as diferenças temporárias que se realizarão a partir de 2019.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados por ocasião das demonstrações financeiras e desreconhecidos em consonância a legislação vigente.

Os ativos e passivos fiscais circulantes e diferidos oriundos de tributos sobre o lucro e lançados pela mesma autoridade tributária, são compensados para a sua apresentação no balanço patrimonial.

3.9 Provisões técnicas - seguros

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as normas e determinações vigentes. No passivo circulante e não circulante as provisões técnicas de seguros estão classificadas em: (a) Danos; (b) Pessoas; (c) Vida individual e (d) Vida com cobertura de sobrevivência.

3.9.1 Provisão de prêmios não ganhos – PPNG

É constituída pela parcela do prêmio comercial, correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pró-rata die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. A provisão para riscos vigentes, mas não emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com o prêmio observado nas diversas carteiras da Seguradora, considerando-se a data do início de vigência de cada documento e a sua respectiva data de emissão.

3.9.2 Provisão de sinistros a liquidar - PSL

É constituída por estimativa de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data das demonstrações financeiras. Esta provisão contempla, quando aplicável, os ajustes para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final (IBNER).

Para registro dos sinistros em discussão judicial a Seguradora aplica metodologia específica, a qual prevê a determinação dos valores de abertura considerando a melhor estimativa, conforme formulação obtida através de estudos estatísticos atuariais que levam em consideração, entre outros fatores, a correlação histórica entre o valor pedido e o valor indenizado. As decisões judiciais que determinam pagamentos de reclamações oriundas de apólices vigentes, mesmo que sem cobertura prévia, são consideradas como sinistros e registradas como provisões técnicas. Os desfechos judiciais cujos eventos não estejam relacionados à apólice, com exceção dos riscos vigentes e ainda não emitidos e a riscos ocorridos fora da vigência da apólice, são classificados como outros débitos. Caso um evento lançado inicialmente como outros débitos for identificado como ocorrido dentro da vigência da apólice, este poderá sofrer alteração, sendo classificado como sinistro quando houver tal caracterização. A expectativa de salvados e ressarcimentos, quando aplicável, está registrada como ajuste de salvados e ressarcidos na PSL.

3.9.3 Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR

É constituída para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, sendo calculada com metodologia *Chain Ladder* tomando por base o desenvolvimento dos montantes de sinistros incorridos, distribuídos pelas datas de movimento e datas de ocorrência. O cálculo desta provisão considera o histórico de sinistros ocorridos, incluindo os casos em ação judicial, movimentados até a data base de cálculo. São utilizados 36 períodos de desenvolvimento, os quais, dependendo da característica de cada agrupamento de ramos, são utilizados agrupamentos mensais, trimestrais, semestrais ou anuais. A expectativa de salvados e ressarcimentos, quando aplicável, está registrada como ajuste de salvados e ressarcidos no IBNR.

3.9.4 Provisão de despesas relacionadas – PDR

A Seguradora constitui, de forma segregada das demais provisões de sinistros, a provisão de despesas relacionadas para a cobertura dos valores esperados decorrentes das despesas relacionadas a sinistros e benefícios.

3.9.5 Provisão complementar de cobertura – PCC

Refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). O TAP é elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas, considerando a tábua biométrica BR-EMS para ambos os sexos e estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco autorizada pela SUSEP.

3.9.6 Teste de adequação de passivos - TAP

A Seguradora elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem a definição de um contrato de seguro segundo legislação vigente e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera a soma do saldo contábil das provisões técnicas de contratos de seguro bruto de resseguro, deduzida da despesa de comercialização diferida e comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados.

As premissas utilizadas foram:

- O teste considerou a projeção dos sinistros e benefícios ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocáveis relacionadas aos sinistros, salvados e ressarcimentos e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros.
- Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados a Seguradora utilizou as taxas a termo livres de risco definidas pela SUSEP – ETTJ pré-fixada.
- De acordo com a legislação vigente, o teste foi segmentado em seguro de pessoas e danos. Não foram incluídos nos testes os passivos relacionados às operações de retrocessão.
- A Seguradora considerou na projeção dos sinistros a ocorrer premissas de sinistralidade e despesa futura baseadas no portfólio atual da Seguradora.
- Para os seguros de vida em *run-off* a premissa de mortalidade utilizada foi tábua BR-EMS vigente.

As provisões de sinistros (PSL, IBNR, IBNER, PDR) foram consideradas adequadas, tanto para o segmento de Danos quanto o de Pessoas, quando comparadas com o valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, considerando a expectativa de despesas alocáveis e salvados, quando aplicável.

As provisões de prêmios (PPNG-RVNE) foram consideradas adequadas, tanto para o segmento de Danos quanto o de Pessoas, quando comparadas com o valor presente esperado do fluxo referente a sinistros a ocorrer dos riscos já assumidos, acrescidos das despesas de manutenção do portfólio.

Para os produtos em *run-off* (seguros de vida sem reenquadramento por faixa etária) os fluxos relacionados aos prêmios não registrados, sinistros a ocorrer e despesas correspondentes, o resultado do teste de adequação do passivo apresentou necessidade de constituição de provisão complementar de cobertura (PCC). A variação reconhecida no resultado do TAP em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 45 milhões (R\$ 28 milhões em 2017) e o passivo constituído, líquido de resseguro, em 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$ 326 milhões (R\$ 281 milhões em 2017).

3.10 Provisões judiciais e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados nas demonstrações financeiras quando aplicável.

3.11 Contrato oneroso

Caracterizado quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato original excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato, provenientes de alterações nas condições de mercado. Tais contratos são reconhecidos e mensurados como provisões, sendo a diferença entre os pagamentos e recebimentos até o final do contrato, descontada a valor presente.

Neste contexto, Seguradora possui contrato de aluguel do atual edifício sede, sendo que do total locado a Seguradora ocupa, atualmente, 79% do espaço utilizável e subloca 9% da estrutura.

3.12 Benefícios aos colaboradores

As despesas com benefícios obrigatórios e espontâneos concedidos aos colaboradores são lançadas como despesa à medida que ocorrem.

A Seguradora é patrocinadora de plano de previdência privada, administrado por instituição de previdência contratada para esta finalidade, para seus colaboradores e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade com predominância em renda fixa. Os aportes mensais são calculados com base em salário base de contribuição do participante.

A Seguradora possui programa de participação dos colaboradores nos lucros, conforme disposto nas Leis nº 10.101/00 e 12.832/13, devidamente acordado com o sindicato representativo da categoria, sendo o valor correspondente registrado em "Obrigações a pagar". O cálculo da participação dos colaboradores considera, na sua composição, indicadores de desempenho interno e o alcance de metas, não estando desta forma, restrito ao resultado líquido apurado pela Seguradora.

O rol de benefícios contempla ainda assistência médica ou seguro saúde, plano odontológico, auxílios: alimentação, refeição, combustível, creche, casamento e natalidade, complementação ao auxílio doença, seguro de vida em grupo e assistência funeral, e são reconhecidas no resultado à medida que incorridas.

3.12.1 Plano de incentivo baseado em ações

O programa de incentivo de longo prazo utilizado pelo Grupo Allianz, a nível mundial, para os principais executivos, concentra-se no aumento do valor da marca Allianz obtido através do alcance de performance individual e premissas previamente determinadas pelo Grupo.

O Plano de incentivo denominado *Allianz Equity Incentive* (AEI) é concedido sob a forma de unidades de estoque restritas *Restricted Stock Units* (RSUs), e faz parte de um novo componente de remuneração variável para os beneficiários do plano.

As RSUs estão sujeitas a um período de aquisição de quatro anos e são atreladas as ações do Grupo, como parâmetros monetário para a remuneração. O valor justo é calculado subtraindo o valor presente líquido dos pagamentos de dividendos futuros esperados até o vencimento, bem como o valor justo do limite correspondente ao preço médio da ação prevalecente na data de avaliação (nota 20.2.1).

4. GESTÃO DE RISCOS

A Seguradora possui uma estrutura de gestão de riscos que segue os padrões do Grupo Allianz e o requerido pela Circular SUSEP nº 521/15, refletindo o seu tamanho, natureza e complexidade. Esta estrutura é liderada pelo *Chief Risk Officer* (CRO) que tem sob sua responsabilidade a área de Riscos e Controles Internos estando, desta forma, o sistema de controles internos totalmente integrado com a gestão de riscos. Como referência, o Grupo Allianz possui a melhor nota da Standard & Poor's ("Very Strong") atribuída ao sistema de Gestão de Risco Corporativos (ERM framework).

O CRO e sua estrutura assumem o papel de "segunda linha de defesa", e tem como finalidade monitorar se a Seguradora está sendo gerida dentro do apetite de riscos definido pela alta Administração e seus acionistas. A estrutura de gestão de riscos, através de um conjunto de metodologias e ferramentas próprias de gestão de riscos, permite também identificar e avaliar se há riscos aos quais a Seguradora se encontra exposta que possam estar fora da sua tolerância, além de traçar seu perfil de riscos. Assim, é possível avaliar se há riscos que demandam uma estratégia de mitigação de forma a evitá-los, transferi-los através de resseguro, ou simplesmente aceitá-los conscientemente como parte dos negócios.

O processo de gestão de riscos conta com a participação de todas as camadas da Seguradora que possuem papéis e responsabilidades relativos à gestão de riscos dentro das suas áreas de atuação. Essa abordagem permite a identificação dos riscos que possam ter um impacto significativo nas operações, no seu desempenho financeiro e econômico. Caso estes riscos venham a se materializar, a alta Administração e o Grupo Allianz tomarão as medidas necessárias para restaurar e preservar a continuidade de suas operações e a sua posição econômico-financeira.

Para garantir que a Seguradora esteja em total concordância com o requerido pela Circular SUSEP nº 521/15, foi instaurado um grupo multidisciplinar do qual os membros a ele pertencentes não tiveram participação na definição ou elaboração dos processos, metodologias e ferramentas para a gestão de riscos. O grupo é composto pelos responsáveis das seguintes áreas: *Compliance*, Segurança da Informação, Atuária, Investimentos, Contabilidade e CFO. Este grupo avaliou e atestou que a estrutura de gestão de riscos atende ao requerido pela referida Circular.

A estrutura de gestão de riscos da Seguradora é descrita mais detalhadamente nas próximas seções.

4.1 Governança de risco

Uma governança corporativa bem definida é um pilar fundamental para permitir que a estrutura de gestão de riscos e o sistema de controles internos da Seguradora operem efetivamente. A Seguradora possui um Conselho de Administração, cujas funções incluem convocação de Assembleia dos Acionistas, aprovação dos relatórios, escolha dos auditores externos, dentre outras responsabilidades. Cabe ao Comitê Executivo definir as ações estratégicas e assegurar que elas sejam implementadas de forma a garantir o sucesso da Seguradora.

A estrutura de governança de gestão de riscos da Seguradora segue os padrões e princípios estipulados pelo Grupo Allianz e é formada por um conjunto de Comitês que possuem mandatos específicos e documentados.

O Comitê de Risco (RiCo) tem como objetivo principal garantir que as estratégias, políticas e os processos de gestão de riscos da Seguradora operem de forma eficaz para assegurar que os riscos

significativos da empresa sejam adequadamente identificados, avaliados e mitigados. O Comitê de Riscos, que se reúne regularmente, é liderado pelo CRO e tem como membros Diretores Executivos e representantes do Grupo Allianz. Isto garante a completa independência do CRO e também mitiga potenciais conflitos de interesse. Para reforçar esta independência, o CRO possui linha direta de reporte com o CRO do Grupo Allianz e sua equipe de gestão de riscos corporativos do Grupo, uma linha indireta com o CEO e também uma linha direta com o Conselho de Administração.

Há outros comitês que complementam a governança de gestão de riscos da Seguradora cujas responsabilidades são focadas em esferas e áreas de riscos específicos. Os principais comitês são:

- O Comitê de Ética visa garantir que a Seguradora promova os princípios fundamentais de ética e conduta estabelecidos por meio de seu Código de Ética e Conduta, que este esteja adequadamente divulgado e monitorado e que os casos de não conformidade, incluindo corrupção, fraude ou outros tipos de denúncias sejam apurados e deliberados por este Comitê de Ética;
- O Comitê de Investimentos estabelece diretrizes gerais para a gestão de investimentos da Seguradora que busque maximizar a rentabilidade dos ativos, observando os fatores de segurança, solvência e riscos de crédito, mercado e liquidez, respeitando a regulamentação em vigor e em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Grupo Allianz;
- O Comitê de Reportes Financeiros visa assegurar que as demonstrações financeiras e informações relacionadas estejam corretas, completas e fidedignas conforme resultados financeiros e operacionais em todos os aspectos. Outrossim, assegura que as publicações financeiras e divulgações relacionadas estejam de acordo com as normas de procedimentos contábeis internacionais (IFRS) e nacionais.
- O Comitê de Reservas supervisiona, monitora, analisa, revisa e aprova os saldos das provisões técnicas. Além disso, monitora o desenvolvimento das provisões técnicas através de testes de consistência e, se necessário, recomenda ajustes e medidas para assegurar a conformidade dos valores contabilizados;
- O Comitê de Subscrição monitora a evolução da carteira dos produtos, analisando: a evolução de frequência e custo médio por garantia e as eventuais causas de desvio e a rentabilidade e os volumes de produção por segmento de subscrição. Além de identificar ações corretivas de precificação e subscrição necessárias para atingir as metas do plano estratégico trianual;
- O Comitê de Proteção e Resiliência garante uma cultura de Proteção e Resiliência organizacional para antecipar, preparar e adaptar-se a mudanças e interrupções súbitas para proteger as operações de negócios (TI e Não-TI), pessoal e ativos físicos para que a Allianz Brasil esteja melhor posicionada para responder de maneira eficaz e eficiente; e
- O Comitê de Auditoria, dentre suas atribuições, avalia a efetividade dos controles internos da Seguradora com evidenciação das deficiências detectadas através de relatório específico para este fim.

4.2 Riscos de seguros

4.2.1 Riscos de danos e pessoas

O risco de seguro pode ser definido como sendo o risco transferido por qualquer contrato que exista a incerteza de que o evento de seguro ocorra (sinistro) e onde haja incerteza sobre o valor de indenização. Os contratos de seguro transferem risco significativo, onde possuímos a obrigação de desembolso de benefício adicional aos nossos segurados. Desta forma todas as áreas envolvidas no processo agem ativamente sobre a gestão de riscos de seguros, definição de políticas operacionais e avaliação de processos.

O principal risco assumido é o risco de que a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos nossos segurados sejam maiores do que previamente estimados segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que devemos pagar para fazer face aos eventos de sinistros.

A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados. Essa estratégia é definida anualmente em um planejamento estratégico que estabelece as classes de negócios, regiões territoriais e segmentos de mercado em que a Seguradora irá operar. Com base nas estratégias definidas, são elaboradas as políticas de aceitação e os processos de gestão de riscos dos contratos de seguros.

Como forma de diluir e homogeneizar a responsabilidade na aceitação dos riscos subscritos, a Seguradora mantém contratos de resseguro, os quais são renovados periodicamente. Os contratos de resseguros firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a pulverizar a exposição dos riscos isolados e dos riscos de natureza catastrófica, além das colocações de riscos facultativos para gerenciamento de risco de severidade.

As indenizações de riscos são devidas aos segurados na medida em que os sinistros ocorram e a Seguradora automaticamente passa ter o dever de efetuar a indenização de todos os eventos cobertos ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência

deste. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período, seja ele considerado de curto ou longo prazo, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) e/ou Provisão de Sinistros Não Suficientemente Avisados (IBNER). Ambas desenvolvidas para absorverem riscos inerentes a avisos posteriores à ocorrência do evento indenizável. Como parte integrante do risco de seguro, o custo estimado de sinistros inclui despesas diretas a serem incorridas na liquidação dos sinistros. A Seguradora adota diversos procedimentos para garantir que as informações relativas à sua exposição de sinistros são adequadas. Todavia, considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, é provável que a liquidação final se mostre diferente do passivo inicialmente constituído. Estas provisões incluem o IBNR, IBNER e a Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL). Entretanto, os valores de sinistros judiciais, são particularmente sensíveis à jurisprudência relativa à matéria em questão.

O quadro a seguir apresenta a estrutura dos prêmios emitidos brutos de cosseguros cedidos, antes e após as cessões de resseguros cedidos.

Agrupamento	Prêmios Emitidos		Prêmios de Resseguros		Prêmios Retidos		Retenção		Resseguros	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Automóvel	1.933.448	1.830.105	(3.243)	(4.072)	1.930.205	1.826.033	100%	100%	-	-
Patrimonial	396.479	409.124	(147.983)	(170.402)	248.496	238.722	63%	58%	37%	42%
Transporte	320.174	294.882	(136.508)	(122.846)	183.666	172.036	57%	58%	43%	42%
Pessoas	322.531	271.382	(25.977)	(25.317)	296.554	246.065	92%	91%	8%	9%
Rural	120.802	107.771	(32.955)	(28.650)	87.847	79.121	73%	73%	27%	27%
Responsabilidades	91.689	96.370	(43.340)	(51.295)	48.349	45.075	53%	47%	47%	53%
Demais	65.372	56.847	(28.141)	(32.786)	37.231	24.061	57%	42%	43%	58%
Totais	3.250.495	3.066.481	(418.147)	(435.368)	2.832.348	2.631.113	87%	86%	13%	14%

4.2.2 Seguro de vida

O gerenciamento dos riscos atrelados ao seguro de vida, comercializados pela Seguradora, leva em consideração, para fins de precificação, as tábuas de mortalidades aprovadas em nota técnica, reduzidas pelo repasse de resseguro. Para os riscos individuais a parametrização de longevidade é efetuada através de sistema, sendo os capitais segurados e os prêmios atualizados anualmente com base na variação do IPCA/IBGE (Índice de Preços ao Consumidor Amplo / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) ou, na falta deste, do IPC/IBGE (Índice de Preços ao Consumidor / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), acumulados nos 12 (doze) meses que antecedem os 4 (quatro) meses anteriores ao do aniversário da apólice. Estes seguros, também estão estruturados no critério tarifário por idade, independente da atualização monetária prevista no item acima, os prêmios correspondentes a cada segurado são reenquadrados anualmente, na data de aniversário da apólice, de acordo com a mudança de idade do segurado.

Para os seguros coletivos, são realizados acompanhamentos mensais dos resultados, objetivando neutralizar os riscos de persistência e riscos de despesas. Caracterizados desvios durante a execução dos trabalhos são propostos ajustes nas comissões ou aumento de taxas visando o equilíbrio atuarial.

4.2.3 Análise de sensibilidade de sinistros

A análise de sensibilidade foi baseada na utilização de premissas atuariais que demonstram o estresse de cenários de sinistros, despesas, salvados e ressarcimentos.

Cada percentual atribuído na análise de sensibilidade está demonstrado no quadro a seguir:

Premissas - teste de estresse	31.12.2018					
	Saldo Contábil		Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido		Saldo	
	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Aumento de 5% nos sinistros	(1.902.827)	(1.536.911)	(95.141)	(76.846)	(1.997.968)	(1.613.757)
Aumento de 5% das despesas com sinistros	(79.852)	(50.992)	(3.993)	(2.550)	(83.845)	(53.542)
Redução de 5% na recuperação de salvados	102.401	94.437	(5.120)	(4.722)	97.281	89.715
Redução de 5% nas receitas de ressarcimentos	24.937	18.670	(1.247)	(933)	23.690	17.737

Premissas - teste de estresse	31.12.2017					
	Saldo Contábil		Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido		Saldo	
	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Aumento de 5% nos sinistros	(1.558.576)	(1.371.987)	(77.929)	(68.599)	(1.636.505)	(1.440.586)
Aumento de 5% das despesas com sinistros	(83.333)	(60.479)	(4.167)	(3.024)	(87.500)	(63.503)
Redução de 5% na recuperação de salvados	97.369	89.010	(4.868)	(4.451)	92.501	84.559
Redução de 5% nas receitas de ressarcimentos	21.809	16.951	(1.090)	(848)	20.719	16.103

4.2.4 Risco de subscrição

O risco de subscrição relaciona-se à volatilidade entre o valor dos sinistros esperados e o valor real. Observa-se principalmente os riscos de subscrição e riscos de reserva. Atualmente são realizados estudos que analisam a suficiência de prêmios perante o passivo atuarial, aplica-se metodologia estocástica com cenários econômicos para a otimização de contratos de resseguro e acompanhamento de reservas e/ou flutuações atípicas durante o período corrente baseado em metodologias atuariais específicas.

Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o risco de subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como a concentração de riscos por tipo e localização além de estratégias de transferência de risco ou resseguros.

O risco de catástrofe natural que envolve, por exemplo, risco de perdas relacionadas a alagamento, vendaval e outros eventos, é avaliado pela projeção de perdas potenciais nas áreas mais predispostas a danos. Potenciais exposições são monitoradas analisando determinadas concentrações em algumas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. As políticas de resseguros e cosseguros também abordam os riscos e coberturas para catástrofes.

O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio, por região e linha de negócios, baseada nos prêmios emitidos, líquidos de RVNE. A exposição aos riscos varia significativamente por região e pode mudar ao longo do tempo.

Prêmio emitido por regiões geográficas (valores líquidos de RVNE)

Linhas de Negócios	31.12.2018					
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Totais
Automóvel	85.543	239.312	47.158	1.216.605	344.652	1.933.270
Patrimonial	12.086	15.486	3.747	297.151	79.430	407.900
Transportes	1.720	9.432	116	254.701	48.896	314.865
Pessoas	701	1.559	2.114	205.949	6.882	217.205
Rural	9.671	409	692	54.203	55.477	120.452
Responsabilidades	1.936	2.701	669	76.197	10.028	91.531
Demais	2.305	2.866	467	132.849	10.273	148.760
Totais	113.962	271.765	54.963	2.237.655	555.638	3.233.983

Linhas de Negócios	31.12.2017					
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Totais
Automóvel	76.962	242.060	44.476	1.148.002	322.827	1.834.327
Patrimonial	11.204	13.598	3.566	294.245	75.080	397.693
Transportes	1.758	7.953	61	225.985	57.248	293.005
Pessoas	438	1.338	2.083	186.000	7.081	196.940
Rural	5.909	298	357	56.878	45.676	109.118
Responsabilidades	1.967	2.371	737	86.912	10.121	102.108
Demais	1.892	1.968	351	106.813	14.567	125.591
Totais	100.130	269.586	51.631	2.104.835	532.600	3.058.782

4.3 Riscos financeiros

4.3.1 Risco de crédito

O risco de crédito é definido como sendo o risco de que os emissores de ativos financeiros e/ou contrapartes de transações de investimento, cosseguro ou resseguro não cumpram as suas obrigações de pagamento e/ou de liquidação das operações contratadas. Caso o risco de crédito, o qual a Seguradora está exposta, se materialize, o patrimônio líquido da carteira de investimentos poderá ser afetado negativamente e/ou poderá haver perdas financeiras significativas devido ao não recebimento de coberturas contratadas junto às empresas de resseguro.

O Comitê de Riscos propõe limites de exposição a crédito em linha com o apetite de risco, aprovado pelo Comitê Executivo.

O Comitê de Investimentos é responsável por manter o risco de crédito relacionado aos emissores de ativos financeiros dentro do limite de risco da Seguradora e do Grupo Allianz. O Comitê de Investimento determina que seja mantido um alto percentual do seu total de ativos investido em títulos do governo brasileiro. Além disso, as composições dos fundos de investimento também são avaliadas do ponto de vista de risco de crédito pelas áreas internas da Seguradora e pelos bancos gestores dos fundos, observando a necessidade de concentração em ativos com melhor *rating* avaliado pelas agências competentes. Internamente, essas avaliações mensais são efetuadas tanto por métodos administrados pela área de riscos e controles internos da Seguradora como também por um sistema gerenciado pelo Grupo Allianz.

Para o risco de crédito associado às empresas de resseguro, o Grupo Allianz possui uma política restritiva de exposição ao risco de crédito de contrapartes que é seguida pela Seguradora. Conforme definido no apetite de risco, o painel de resseguradores usado pela Seguradora é monitorado pelo *Security Vetting Team* do Grupo Allianz – área responsável por estipular os limites de exposição a parceiros e contrapartes baseando-se nos respectivos *ratings*.

A Seguradora também possui exposição de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados (prêmios a receber) e minimiza esta exposição através de dois processos principais. A política de subscrição e emissão de apólices da Seguradora leva em consideração o *credit score* dos segurados pessoas físicas e pessoas jurídicas durante o processo de aceitação, ou não, do risco de seguro. Posteriormente, caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados nas datas de vencimento, a Seguradora segue a regulamentação brasileira de cancelamento das apólices de seguros. Estes processos são de responsabilidade das áreas técnicas e de cobrança, respectivamente, e são monitoradas pelas áreas financeira e de risco.

4.3.1.1 Exposição ao risco de crédito

O quadro abaixo apresenta a composição do portfólio financeiro da Seguradora e seus *ratings*. Os títulos financeiros foram baseados no *rating* local da agência Standard & Poor's (S&P).

Agência Classificadora	31.12.2018					Totais
	brAAA; brAA+; brAA; brAA-	brA+; brA; brA-; brBBB+; brBBB; brBBB-	brBB+; brBB; brBB-; brB+; brB; brB-	Abaixo de B-	Sem Classificação Rating	
S & P / Fitch Atlantic	Aaa; Aa1; Aa2; Aa3	A1; A2; A3; Baa1; Baa2; Baa3	Ba1; Ba2; Ba3; B1; B2; B3	Abaixo de B3		
MOODY'S						
A.M Best Company	A+; A++	A; A-	B++; BB-			
Disponíveis para venda						
Títulos de renda fixa privados	-	8.190	-	-	-	8.190
Títulos de renda fixa públicos	1.833.546	-	-	-	-	1.833.546
Mantidos até o vencimento						
Títulos de renda fixa públicos	157.257	-	-	-	-	157.257
Valor justo por meio de resultado						
Quotas de fundos de investimentos	146.069	2.396	1.848	-	-	150.313
Outras aplicações	-	-	-	662	662	662
Total aplicações financeiras	2.136.872	10.586	1.848	662	662	2.149.968
Empréstimos e recebíveis						
Prêmios a receber (*)	-	-	-	1.091.084	1.091.084	1.091.084
Totais	2.136.872	10.586	1.848	1.091.746	1.091.746	3.241.052

Agência Classificadora	31.12.2017				
	brAAA; brAA+; brAA; brAA-	brA+; brA; brA-; brBBB+; brBBB; brBBB-	brBB+; brBB; brBB-; brB+; brB; brB-	Abaixo de B-	
S & P / Fitch Atlantic	Aaa; Aa1; Aa2; Aa3	A1; A2; A3; Baa1; Baa2; Baa3	Ba1; Ba2; Ba3; B1; B2; B3	Abaixo de B3	
MOODY'S					
A.M Best Company	A+; A++	A; A-	B++; BB-	Sem Classificação Rating	Totais
Disponíveis para venda					
Titulos de renda fixa privados	-	7.706	-	-	7.706
Titulos de renda fixa públicos	1.509.829	-	-	-	1.509.829
Mantidos até o vencimento					
Titulos de renda fixa públicos	374.337	-	-	-	374.337
Valor justo por meio de resultado					
Quotas de fundos de investimentos	92.372	-	1.557	3.684	97.613
Outras aplicações	-	-	-	662	662
Total aplicações financeiras	1.976.538	7.706	1.557	4.346	1.990.147
Empréstimos e recebíveis					
Prêmios a receber (*)	-	-	-	1.023.484	1.023.484
Totais	1.976.538	7.706	1.557	1.027.830	3.013.631

(*) Excluindo valor de R\$ 16.210 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 16.233 em 31 de dezembro de 2017), referente a redução ao valor recuperável de prêmios a receber.

4.3.1.2 Exposição ao risco com resseguradores

As operações de resseguro especialmente atribuídas as parcelas de sinistros a recuperar são gerenciadas pela Seguradora dentro dos padrões operacionais estabelecidos pelo regulador. As exposições de risco das contrapartes de resseguro são firmadas somente com resseguradores que detêm elevado grau de crédito, atribuídos por agências classificadoras na escala global, equiparados a Standard & Poor's (S&P).

As resseguradoras local são consideradas como grau 1 de risco para cálculo de exposição de risco de crédito de acordo com Circular Susep nº 321/15. Os sinistros a recuperar com resseguradores estão assim apresentados:

Grau	RATING	CLASSES DE RESSEGURADORAS							
		LOCAL		ADMITIDA		EVENTUAL		TOTAL	
		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
1	AAA / AA+ / AA / AA-	149.238	142.398	48.167	48.227	24.967	4.409	222.372	195.034
2	A+ / A / A-	-	-	6.219	14.811	397	515	6.616	15.326
Totais		149.238	142.398	54.386	63.038	25.364	4.924	228.988	210.360

4.3.2 Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações dos mercados financeiros, que causam mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos em virtude de flutuações nas taxas de juros, preços e taxas de câmbio.

Mensalmente a área de riscos fornece para a área de *asset management* um relatório em que são considerados os valores de mercado de todos os ativos e os impactos nesses valores em caso de alteração na taxa de juros tanto na margem de solvência da Seguradora quanto em seu resultado financeiro.

Há outras considerações importantes que são analisadas pelo Comitê de Investimentos para permitir que o risco de mercado seja bem gerenciado e mitigado como, por exemplo, o monitoramento e análise contínua de sensibilidade de juros. O Comitê de Investimentos também impõe limites relacionados à exposição da carteira em risco de mercado.

4.3.2.1 Risco de juros

O risco na taxa de juros resulta da variação na taxa de juros de mercado dos ativos que compõem o portfólio da Seguradora, impactando seus preços e, conseqüentemente, a rentabilidade do mesmo.

Os ativos são classificados como disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e a preços de mercado (valor justo). A avaliação desses ativos é feita pelo banco custodiante com base em manual próprio de marcação a mercado e validada pela área de investimentos.

31.12.2018

Classes	Premissas	Saldo Contábil	Efeitos no resultado e Patrimônio líquido	Saldo Ajustado
Ativos públicos disponíveis para venda				
Pré-fixados	Aumento de 4 p.p na taxa	720.681	(61.478)	659.203
Inflação	Aumento de 4 p.p na taxa	720.737	(110.282)	610.455
Pós-fixados		392.128	-	392.128
Ativos privados disponíveis para venda-pós-fixados				
		8.190	-	8.190
Ativos públicos mantidos até o vencimento				
Pré-fixados	Aumento de 4 p.p na taxa	157.257	1	157.258
Outros - valor justo por meio de resultado				
		150.313	-	150.313
Totais		2.149.306	(171.759)	1.977.547

31.12.2017

Classes	Premissas	Saldo Contábil	Efeitos no resultado e Patrimônio líquido	Saldo Ajustado
Ativos públicos disponíveis para venda				
Pré-fixados	Aumento de 4 p.p na taxa	909.742	(40.026)	869.716
Inflação	Aumento de 4 p.p na taxa	441.739	(87.704)	354.035
Pós-fixados		158.348	-	158.348
Ativos privados disponíveis para venda-pós-fixados				
		7.706	-	7.706
Ativos públicos mantidos até o vencimento				
Pré-fixados	Aumento de 4 p.p na taxa	156.431	(182)	156.249
Inflação	Aumento de 4 p.p na taxa	217.906	(342)	217.564
Outros - valor justo por meio de resultado				
		97.613	-	97.613
Totais		1.989.485	(128.254)	1.861.231

O item "Outras" não contempla o montante de R\$ 662 (R\$ 622 em 31 de dezembro de 2017) referente a depósitos no IRB registrados no ativo circulante.

4.3.2.2 Risco de preço

O risco de preço decorre da variação do preço de negociação de um determinado instrumento financeiro. A Seguradora não possui exposição em ações ou outros ativos financeiros que sofram variação de preço que não os relativos às variações de juros, conforme mencionado no item anterior. Dessa forma, a gestão do risco de preços é realizada exclusivamente por meio da análise de sensibilidade de juros.

4.3.2.3 Risco de câmbio

Ocorre quando o investimento é realizado em instrumentos financeiros denominados em moeda diferente daquela em que foi aberta a conta de origem. As variações da taxa de câmbio poderão resultar em perdas no caso de haver descasamento de saldos ativos e passivos. O controle desse risco é exercido mediante monitoramento das posições ativas e passivas em moedas estrangeiras, com o propósito de identificar o grau de exposição e descasamento.

Há limites específicos para exposição em moeda estrangeira que são monitorados pelo Comitê de Investimentos.

4.3.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco no curto prazo de que obrigações de pagamentos correntes ou futuros que não possam ser cumpridos ou cumpridos com condições alteradas. Este risco pode surgir principalmente se existir incompatibilidade entre o calendário de pagamentos e obrigações de financiamento.

Há dois fatores importantes que precisam ser analisados para permitir que o risco de liquidez seja bem gerenciado e mitigado: casamento de ativos e passivos e monitoramento da liquidez da carteira de aplicações financeiras.

O fluxo de caixa da companhia é monitorado diariamente pelas áreas de riscos e *asset management*, o que permite que qualquer risco iminente de liquidez seja identificado e remediado imediatamente. Periodicamente é feita a projeção do fluxo de caixa e é apurado o índice de liquidez a partir de cenários de *stress* e limites em conformidade com o apetite de risco.

4.3.3.1 Exposição de risco de liquidez

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

Os percentuais do total de ativos que devem ser aplicados por tipo de papel e por prazo de vencimento são decididos e aprovados semestralmente pelo Comitê de Investimentos. Esses limites são estabelecidos com o intuito de alinhar os vencimentos dos ativos financeiros com o desenvolvimento médio dos passivos do Grupo.

A Seguradora aplica em ativos corrigidos por inflação, pré-fixados e pós-fixados, visando à proteção pela diversificação do ativo e alinhamento com a correção do passivo que pode ser corrigido por índices variados.

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Os fluxos de caixa contratuais não descontados para ativos e passivos originados pelas operações de seguro estão assim apresentados:

31.12.2018					
Descrição	A vista ou sem vencimento definido	31.12.2018			Totais
		Em até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Caixa e equivalente de caixa	33.367	-	-	-	33.367
Aplicações financeiras	150.975	261.955	643.442	1.093.596	2.149.968
Créditos das operações com seguros e resseguros	213.869	1.051.026	21.368	8.713	1.294.976
Ativos de resseguros - provisões técnicas (*)	-	745.149	327.596	347.225	1.419.970
Outros ativos	21.003	8.152	2.782	5.791	37.728
Total dos ativos financeiros	419.214	2.066.282	995.188	1.455.325	4.936.009
Provisões técnicas	-	2.442.379	627.304	988.494	4.058.177
Débitos das operações com seguros e resseguros	-	433.380	20.024	7.999	461.403
Contas a pagar e outros passivos	12.628	181.940	2.069	1.239	197.876
Total dos passivos	12.628	3.057.699	649.397	997.732	4.717.456

31.12.2017					
Descrição	A vista ou sem vencimento definido	31.12.2017			Totais
		Em até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Caixa e equivalente de caixa	31.445	-	-	-	31.445
Aplicações financeiras	98.275	676.837	540.389	674.646	1.990.147
Créditos das operações com seguros e resseguros	173.478	1.055.522	33.105	4.032	1.266.137
Ativos de resseguros - provisões técnicas (*)	-	742.664	357.729	399.984	1.500.377
Outros ativos	27.111	26.014	13.674	4.128	70.927
Total dos ativos financeiros	330.309	2.501.037	944.897	1.082.790	4.859.033
Provisões técnicas	-	2.399.589	629.049	933.961	3.962.599
Débitos das operações com seguros e resseguros	-	416.217	29.899	15.948	462.064
Contas a pagar e outros passivos	12.919	171.744	5.434	1.184	191.281
Total dos passivos	12.919	2.987.550	664.382	951.093	4.615.944

(*) Líquido de Custos de aquisição diferidos

A Seguradora considera, para avaliação de seu capital circulante líquido, os ativos financeiros classificados na categoria disponível para venda cujo vencimento é superior a um ano, tendo em vista a liquidez imediata destes ativos. Os itens que não impactarão a movimentação de caixa não foram considerados na preparação do fluxo e totalizaram R\$ 424.755 (R\$ 265.471 em 31 de dezembro de 2017) na rubrica "Outros ativos", composto substancialmente por Depósitos judiciais e fiscais e créditos tributários, e para a rubrica "Outros passivos" R\$ 10.062 (R\$ 17.961 em 31 de dezembro de 2017) substancialmente relativo à provisão para contrato oneroso.

4.3.3.2 Fundos de investimento

Embora o resgate das quotas de fundos de investimento seja imediato para a Seguradora, é possível realizar a abertura conforme as classes de ativos e seus vencimentos com o intuito de medir a liquidez dos ativos em que os fundos aplicam. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo,

em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades.

Descrição	31.12.2018					31.12.2017				
	Em até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos	Totais	Em até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos	Totais
Contas a pagar e tesouraria	(8)	-	-	-	(8)	(4)	-	-	-	(4)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	46.521	24.379	7.839	78.739	4.479	51.253	30.025	479	86.236
Letra Financeira (LF)	6.437	23.672	1.866	-	31.975	2.654	1.864	-	-	4.518
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	418	3.345	-	-	3.763	1.233	-	2.143	-	3.376
Debêntures	566	12.138	18.772	4.363	35.839	518	766	270	1.859	3.413
Cotas de fundos de investimento	5	-	-	-	5	74	-	-	-	74
Totais	7.418	85.676	45.017	12.202	150.313	8.954	53.883	32.438	2.338	97.613

4.4 Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, ineficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas e de eventos externos, excluindo desse conceito os riscos estratégico e reputacional e incluindo os riscos legais e de *compliance*.

A gestão de risco operacional acompanha os diversos cenários de exposição a riscos aos quais o Grupo Allianz está sujeito, refletindo o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que a Seguradora tem com os acionistas, colaboradores, órgãos reguladores e sociedade.

A Seguradora adota um processo interno de avaliação de riscos, identificação, implementação e adequação dos controles internos baseado na metodologia COSO (*Committee of Sponsoring Organizations*), com foco nos principais processos que afetam os reportes financeiros da Seguradora.

A Seguradora possui um sistema global de monitoramento de seus riscos operacionais. A utilização de um sistema único permite um acompanhamento dos registros dos eventos e possibilita a criação e/ou adequação de seus controles internos visando evitar novas ocorrências similares.

Caso os riscos operacionais venham a se materializar e gerar perdas operacionais, a Seguradora também possui processos para a coleta das mesmas que foi revisado para se adequar aos requerimentos da Circular SUSEP nº 517/15 relacionados à Base de Dados de Perdas Operacionais (BDPO). A implantação da BDPO no formato requerido pela SUSEP está finalizada e, atualmente, a Seguradora utiliza sistema próprio para o armazenamento de eventuais perdas operacionais que venham a ocorrer.

4.5 Outros riscos

As outras três categorias primárias para a identificação, avaliação e mitigação de riscos são: risco reputacional, risco estratégico e risco de custos.

O risco de reputação é o risco de perda direta ou perda de negócios futuros causados por uma queda na reputação da Seguradora, entre os seus *stakeholders* (acionistas, clientes, colaboradores, parceiros de negócios ou o público em geral). Normas e políticas do Grupo Allianz devem ser seguidas por todas as empresas do mundo com o intuito de reduzir esse tipo de risco.

Existem também processos e mecanismos que permitem o monitoramento e gestão dos riscos associados com a estratégia da Seguradora e os custos dessa estratégia, como o processo anual de revisão e aprimoramento do plano trienal de cada subsidiária do Grupo Allianz que incluem considerações detalhadas de custos atuais e projetados, como também níveis de solvência durante o período do plano.

4.6 Gestão de capital

Os valores do capital mínimo requerido e patrimônio líquido ajustado são acompanhados mensalmente pelos membros do Comitê de Riscos, juntamente com a observância do cumprimento das políticas internas de subscrição visando um crescimento lucrativo da Seguradora. Se algum indicador financeiro ou econômico mostrar qualquer desalinhamento com os objetivos e limites impostos pelo Grupo Allianz e os agentes regulatórios, existem mecanismos e processos que podem ser postos em prática para preservar a saúde financeira e econômica da Seguradora. Estes processos envolvem formulação de planos estratégicos específicos de remediação de possíveis deficiências econômico-financeiras e podem incluir aporte de capital do Grupo Allianz para permitir o crescimento sustentável da Seguradora.

4.6.1 Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido

Nos termos das Resoluções vigentes, na data de 31 de dezembro de 2018, o cálculo do patrimônio líquido ajustado (PLA) deverá ser igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR). O capital de risco é apurado com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado. Em 31 de dezembro de 2018 a Seguradora apresentou os seguintes resultados de PLA e CMR:

	31.12.2018
Patrimônio Líquido	894.280
Ajustes contábeis	
(-) Despesas antecipadas	(158)
(-) Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(26.993)
(-) Ativos intangíveis	(30.195)
(-) Participação societária	(211.526)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	
(+/-) Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	14
Ajuste superávit entre provisões exatas e fluxo realista de prêmios/contribuições utilizado no cálculo da PCC	12.164
Patrimônio Líquido ajustado (a)	637.586
Capital Mínimo Requerido (b) = maior entre (c) e (d)	570.555
Capital base (c)	15.000
Capital adicional de risco (d)	570.555
Capital adicional de risco de subscrição	506.505
Capital adicional de risco de crédito	59.214
Capital adicional de risco operacional	19.832
Capital adicional de risco de mercado	40.924
Correlação entre os riscos	(55.920)
Suficiência de capital (a) – (b)	67.031
Índice de solvência	111,7%

Os ajustes associados à variação dos valores econômicos estão apresentados líquidos dos efeitos tributários de IRPJ e CSLL conforme disposto na Resolução CNSP nº 343/16.

A referida resolução determina que a Seguradora deve apresentar liquidez em relação ao CR superior a 20%, situação em que o montante de ativos líquidos é superior à necessidade de cobertura de provisões técnicas, em no mínimo 20% do CR obtido ao se desconsiderar, no cálculo de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas.

Descrição	31.12.2018
Total da provisões técnicas a serem cobertas (Nota 14.5)	1.899.037
Total dos ativos vinculados (valor de mercado)	2.141.141
Suficiência em Relação a Cobertura das Provisões Técnicas (a)	242.104
Liquidez em relação ao CR	
Capital de Risco (CR)	592.421
20% do CR (b)	118.484
Suficiência (a-b)	123.620

De acordo com a circular 509/2015, para efeito de cobertura das provisões técnicas os ativos financeiros devem ser considerados pelo seu valor de mercado - valor justo. Assim, os títulos classificados na categoria Mantidos até o vencimento apresentam um montante de R\$ 25 superior ao seu valor contábil (Nota 5.1).

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

5.1 Composição e Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Seguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O portfólio classificado como valor justo por meio de resultado está apresentado no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimentos.

A classificação e composição por categoria e vencimento das aplicações financeiras estão detalhadas no quadro a seguir:

31.12.2018									
Títulos	Nível hierárquico	Em até 1 ano	ou	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil	Valor justo	Custo atualizado	
		indeterminado							
Disponíveis para Venda		104.698		959.432	777.606	1.841.736	86%	1.841.736	1.771.868
Títulos de renda fixa - CDB	Nível 2	8.190	-	-	-	8.190	-	8.190	8.212
Títulos de renda fixa - NTN-B	Nível 1	96.508	123.711	500.518	720.737	720.737	34%	720.737	688.048
Títulos de renda fixa - NTN-F	Nível 1	-	109.553	109.290	218.843	218.843	10%	218.843	202.983
Títulos de renda fixa - LFT	Nível 1	-	224.330	167.798	392.128	392.128	18%	392.128	392.114
Títulos de renda fixa - LTN	Nível 1	-	501.838	-	501.838	501.838	23%	501.838	480.511
Mantidos até o vencimento		157.257				157.257	7%	157.282	157.257
Títulos de renda fixa - NTN-F	Nível 1	157.257	-	-	-	157.257	7%	157.282	157.257
Valor justo por meio de resultado		150.313				150.313	7%	150.313	150.313
Quotas de fundos de investimentos	Nível 2	150.313	-	-	-	150.313	7%	150.313	150.313
Outras aplicações	Nível 2	662				662		662	662
Totais		412.930		959.432	777.606	2.149.968	100%	2.149.993	2.080.100

31.12.2017									
Títulos	Nível hierárquico	Em até 1 ano	ou	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil	Valor justo	Custo atualizado	
		indeterminado							
Disponíveis para Venda		458.931		536.256	522.348	1.517.535	76%	1.517.535	1.495.229
Títulos de renda fixa - CDB	Nível 2	7.706	-	-	-	7.706	-	7.706	7.726
Títulos de renda fixa - NTN-B	Nível 1	-	45.754	395.985	441.739	441.739	22%	441.739	444.339
Títulos de renda fixa - NTN-F	Nível 1	-	28.957	78.709	105.666	105.666	5%	105.666	101.655
Títulos de renda fixa - LFT	Nível 1	-	110.694	47.654	158.348	158.348	8%	158.348	158.336
Títulos de renda fixa - LTN	Nível 1	451.225	352.851	-	804.076	804.076	41%	804.076	783.173
Mantidos até o vencimento		217.906				374.337	19%	382.485	374.337
Títulos de renda fixa - NTN-F	Nível 1	-	156.431	-	156.431	156.431	8%	161.671	156.431
Títulos de renda fixa - NTN-B	Nível 1	217.906	-	-	217.906	217.906	11%	220.814	217.906
Valor justo por meio de resultado		97.613				97.613	5%	97.613	97.613
Quotas de fundos de investimentos	Nível 2	97.613	-	-	-	97.613	5%	97.613	97.613
Outras aplicações	Nível 2	662				662		662	662
Totais		775.112		692.687	522.348	1.990.147	100%	1.998.295	1.967.841

O item "Outras aplicações" contempla o montante de R\$ 662 referente à depósitos no IRB registrados no ativo circulante.

5.2 Movimentação das aplicações financeiras

	Saldo em	Aquisição	Alienação	Resultado	Ajuste de	Saldo em
	31.12.2017			Financeiro	avaliação patrimonial	31.12.2018
Disponíveis para venda	1.517.535	1.233.357	(1.056.005)	99.287	47.562	1.841.736
Mantidos até o vencimento	374.337	-	(225.905)	8.825	-	157.257
Valor Justo por meio de resultado	97.613	933.650	(890.689)	9.739	-	150.313
Outras aplicações	662	-	-	-	-	662
Totais	1.990.147	2.167.007	(2.172.599)	117.851	47.562	2.149.968

	Saldo em	Aquisição	Alienação	Resultado	Ajuste de	Saldo em
	31.12.2016			Financeiro	avaliação patrimonial	31.12.2017
Disponíveis para venda	1.221.575	1.508.076	(1.346.600)	114.738	19.746	1.517.535
Mantidos até o vencimento	583.871	-	(215.000)	5.466	-	374.337
Valor Justo por meio de resultado	52.678	709.715	(674.975)	10.195	-	97.613
Outras aplicações	1.258	4	(600)	-	-	662
Totais	1.859.382	2.217.795	(2.237.175)	130.399	19.746	1.990.147

5.3 Taxa de juros contratada

Em 31 de dezembro de 2018, o retorno total auferido com os ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos da Seguradora totalizou R\$ 224.539, calculados a valor de mercado, relativos à taxa média contratada de 11,71% no exercício representando 177,87% da variação do CDI do exercício. No exercício de 2017 o retorno total auferido totalizou R\$ 207.199, calculados a valor de mercado, relativos à taxa média contratada de 11,15% no exercício (111,47% do CDI do exercício).

6. PRÊMIOS A RECEBER

Compostos substancialmente pelas emissões diretas e cosseguros aceitos, sendo registrados no ativo circulante e não circulante, os prêmios a receber estão assim compostos:

6.1 Composição dos prêmios a receber

Ramos agrupados	31.12.2018			31.12.2017		
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido
Automóvel	623.467	(1.928)	621.539	559.534	(2.221)	557.313
Patrimonial	120.054	(835)	119.219	136.192	(408)	135.784
Transporte	122.649	(3.560)	119.089	115.237	(8.540)	106.697
Pessoas	89.077	(1.458)	87.619	68.693	(965)	67.728
Rural	19.320	(1.151)	18.169	13.694	(1.962)	11.732
Responsabilidades	42.329	(206)	42.123	48.614	(200)	48.414
Demais	74.188	(7.072)	67.116	81.520	(1.937)	79.583
Totais	1.091.084	(16.210)	1.074.874	1.023.484	(16.233)	1.007.251

6.1.1 Prêmios a receber por vencimento

	31.12.2018			31.12.2017		
	Vincendos	Vencidos	Totais	Vincendos	Vencidos	Totais
Riscos vigentes e não emitidos	122.790	-	122.790	114.241	-	114.241
Entre 1 e 30 dias	253.659	53.769	307.428	287.635	22.575	310.210
Entre 31 e 180 dias	520.634	25.932	546.566	467.320	22.474	489.794
Entre 181 e 365 dias	63.455	7.007	70.462	48.930	7.343	56.273
Acima de 365 dias	30.081	13.757	43.838	37.137	15.829	52.966
Redução ao valor recuperável	-	(16.210)	(16.210)	-	(16.233)	(16.233)
Totais	990.619	84.255	1.074.874	955.263	51.988	1.007.251

6.1.2 Movimentação dos prêmios a receber

	31.12.2018	31.12.2017
Prêmios pendentes no início do exercício	1.007.251	887.254
Prêmios emitidos	3.695.928	3.454.299
Riscos vigentes e não emitidos	8.549	(1.689)
IOF	206.864	196.726
Cancelamentos	(461.945)	(395.517)
Recebimentos	(3.382.221)	(3.137.566)
Cosseguros aceitos vencidos	425	(4.639)
Redução ao valor recuperável	23	8.383
Prêmios pendentes no final do exercício	1.074.874	1.007.251

O prazo médio de parcelamento é de 6 meses.

6.1.3 Movimentação da redução do valor recuperável

	31.12.2018	31.12.2017
Saldo no início do exercício	16.233	24.616
Constituições	6.256	3.338
Reversões	(6.279)	(11.721)
Saldo no final do exercício	16.210	16.233

6.2 Operações com seguradoras

As operações com congêneres englobam substancialmente parcelas vencidas dos prêmios a receber de cosseguos aceitos e a recuperação de sinistros e comissões das operações de cosseguo cedido.

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Sinistros de cosseguos cedidos	6.499	18.044
Prêmios vencidos de cosseguos aceitos	6.824	7.249
Comercialização cosseguos cedidos	397	367
Outros créditos de cosseguos cedidos	5	27
Redução ao valor recuperável	(4.929)	(3.965)
Totais	8.796	21.722

6.3 Operações com resseguradoras

Contempla adiantamentos operacionais e recuperações de sinistros entre a Seguradora e as resseguradoras.

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Recuperação de sinistro	228.988	210.360
Adiantamentos operacionais	29.937	43.834
Redução ao valor recuperável	(47.619)	(17.030)
Totais	211.306	237.164

7. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

Refere-se substancialmente a créditos acumulados juntos aos corretores e agentes e estão assim representados:

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Créditos a compensar	-	16.153
Corretores	3.403	3.628
Ressarcimentos	3.826	2.040
Outros créditos	10	5
Totais	7.239	21.826

8. BENS À VENDA - SALVADOS

A composição dos salvados à venda está assim demonstrada:

Ramos Agrupados	31.12.2018						31.12.2017					
	1 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 365 dias	acima de 365 dias	Redução ao valor recuperável	Total	1 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 365 dias	acima de 365 dias	Redução ao valor recuperável	Total
Automóvel	4.679	9.113	3.847	3.013	-	20.652	6.611	10.389	5.147	3.908	-	26.055
Patrimonial	81	16	1	166	(183)	81	86	124	31	42	(197)	86
Transportes	512	773	385	180	(1.772)	78	897	499	944	129	(1.572)	897
Rural	133	169	2	9	(180)	133	22	47	13	-	(60)	22
Responsabilidades	-	-	-	-	-	-	32	70	-	20	(90)	32
Demais	59	17	-	1	(18)	59	19	110	10	-	(120)	19
Totais	5.464	10.088	4.235	3.369	(2.153)	21.003	7.667	11.239	6.145	4.099	(2.039)	27.111

9. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Os custos de aquisição diferidos são compostos por montantes referentes às comissões de corretagem, relativos à comercialização de seguros e representam as parcelas a decorrer.

Estes montantes são diferidos ao longo do prazo de vigência das apólices e apropriados ao resultado do período.

Todos os demais custos de comercialização são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

A composição dos custos de aquisição diferidos, registradas no ativo circulante e não circulante, está assim apresentada:

Ramos agrupados	31.12.2018	31.12.2017
Automóvel	181.859	169.124
Patrimonial	45.617	43.688
Transporte	13.836	11.154
Pessoas	48.342	39.209
Rural	9.073	8.793
Responsabilidades	8.733	8.095
Demais	8.521	9.317
Totais	315.981	289.380

9.1 A movimentação dos custos de aquisição diferidos está assim apresentada:

	31.12.2018	31.12.2017
Saldo no início do exercício	289.380	269.371
Comissões	566.010	526.198
Recuperação de comissões	(739)	(1.341)
Outras despesas de comercialização	47.081	61.098
Custos de aquisição apropriados	(585.751)	(565.946)
Saldo no final do exercício	315.981	289.380

10. INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

10.1 A Seguradora participa no capital social da controlada Allianz Saúde S.A., seguradora especializada no ramo de saúde. A movimentação do investimento equivalente e o resultado de equivalência patrimonial estão assim apresentados:

Dados em 31 de dezembro de 2018 da Controlada

Capital social	308.580
Quantidade de ações possuídas - ON	101.838.936
Percentual de participação	99,998%
Total de ativos	352.333
Total de passivos	140.813
Patrimônio líquido	211.520
Resultado líquido do exercício	4.171
Saldo do investimento em 1º de janeiro de 2017	192.170
Ajustes de avaliação patrimonial	1.885
Resultado de equivalência patrimonial	(86.933)
Aumento de capital em investimentos	100.000
Saldo do investimento em 1º de janeiro de 2018	207.122
Ajustes de avaliação patrimonial	233
Resultado de equivalência patrimonial	4.171
Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2018	211.526

10.2 A movimentação do ativo imobilizado e dos imóveis destinados à renda está assim apresentada:

Descrição	Taxas de depreciação	31.12.2017				31.12.2018			
		Saldo residual	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo residual	Saldo contábil bruto	Depreciação acumulada	
Terrenos e edificações	0 à 4 %	5.300	-	-	(50)	5.250	14.480	(9.230)	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7%	24.622	-	-	(2.275)	22.347	34.569	(12.222)	
Equipamentos, móveis, máquinas e utensílios	10 à 20%	9.813	2.874	-	(2.664)	10.023	34.085	(24.062)	
Computadores e periféricos	20%	5.329	1.386	-	(1.926)	4.789	30.437	(25.648)	
Outras imobilizações	10%	1.723	1.275	(538)	(919)	1.541	5.099	(3.558)	
Totais		46.787	5.535	(538)	(7.834)	43.950	118.670	(74.720)	

Descrição	31.12.2016			31.12.2017			Saldo contábil bruto	Depreciação acumulada
	Taxas de depreciação	Saldo residual	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo residual		
Terrenos e edificações	0 à 4 %	5.592	-	(240)	(52)	5.300	14.480	(9.180)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7%	26.897	-	-	(2.275)	24.622	34.569	(9.947)
Equipamentos, móveis, máquinas e utensílios	10 à 20%	10.923	1.711	-	(2.821)	9.813	31.220	(21.407)
Computadores e periféricos	20%	7.448	618	(6)	(2.731)	5.329	29.084	(23.755)
Outras imobilizações	10%	2.802	598	(613)	(1.064)	1.723	5.401	(3.678)
Totais		53.662	2.927	(859)	(8.943)	46.787	114.754	(67.967)

10.3 A movimentação do intangível (desenvolvimento de *software* interno) está assim apresentada:

	31.12.2018	31.12.2017
Saldos no início do exercício	35.962	41.755
Adições	143	-
Amortizações	(5.910)	(5.793)
Saldos no final do exercício	30.195	35.962
Custo	30.195	59.533
Amortização	(29.481)	(23.571)
Taxa anual de amortização	10%	10%

11. OBRIGAÇÕES A PAGAR

As obrigações a pagar, registradas no passivo circulante e não circulante, estão assim compostas em 31 de dezembro de 2018:

Descrição	31.12.2018					31.12.2017				
	A Vencer - Dias				Mais de 365 ou sem vencimento definido	A Vencer - Dias				Mais de 365 ou sem vencimento definido
	1 a 30	31 a 180	181 a 365	Total		1 a 30	31 a 180	181 a 365	Total	
Prestação de serviços terceiros	3.259	3.445	3.478	-	10.182	3.173	315	2.374	-	5.862
Contrato de aluguel	508	955	1.147	7.069	9.679	663	17.747	1.856	860	21.126
Obrigações com funcionários	10	27.496	1.782	399	29.687	206	22.661	650	425	23.942
Débitos de operações bancárias	-	-	-	12.628	12.628	-	-	-	12.919	12.919
Campanha de incentivo a corretores	6.258	-	12.400	-	18.658	4.447	-	9.838	-	14.285
Prestação de serviço - Partes relacionadas	29.651	-	-	-	29.651	27.085	-	-	-	27.085
Programa de incentivo baseado em ações	-	-	112	1.573	1.685	-	689	-	2.192	2.881
Fornecedores	5.750	82	49	-	5.881	13.636	2	-	-	13.638
IOF a recolher	-	-	-	1.735	1.735	-	-	-	1.891	1.891
Outras obrigações a pagar	801	2.763	-	-	3.564	220	-	812	2.535	3.567
Totais	46.237	34.741	18.968	23.404	123.350	49.430	41.414	15.530	20.822	127.196

- A rubrica "Contrato de aluguel" considera provisão relativa a contrato oneroso no montante de R\$ 9.364 (R\$ 17.536 em 31 de dezembro de 2017).
- As "Obrigações com funcionários" incorrem principalmente sobre participações nos resultados.
- Os itens que se encontram em fase de conciliação e são diretamente atribuíveis a créditos financeiros pendentes estão classificados em "Débitos de operações bancárias".
- As transações referentes a "Prestação de Serviços - Partes relacionadas" são inerentes às obrigações futuras de curto prazo de serviços administrativos e de assistência a seguros (nota 20.1).
- As obrigações oriundas do programa de incentivos baseado em ações aos membros da Administração estão detalhadas na nota 20.2.1.

12. DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

As operações com seguradoras totalizam R\$ 5.480 e contemplam substancialmente os prêmios cedidos às congêneres (R\$ 5.574 em 31 de dezembro de 2017).

As operações com corretores de seguros e resseguros contemplam comissões a pagar aos corretores por ocasião dos prêmios de seguros emitidos. Em 31 de dezembro de 2018 os passivos totalizaram R\$ 105.581 (R\$ 102.893 em 31 de dezembro de 2017).

As operações com resseguradoras contemplam os registros dos prêmios emitidos de resseguros

cedidos, líquidos de suas respectivas comissões, os adiantamentos de sinistros recebidos e outros débitos decorrentes dos resseguros cedidos e estão assim demonstrados:

	RESSEGUADORAS							
	LOCAL		ADMITIDO		EVENTUAL		TOTAL	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Prêmios emitidos	189.259	199.864	73.398	77.213	22.217	12.821	284.874	289.898
Adiantamentos e outros débitos	26.340	22.378	29.464	34.613	5.567	920	61.371	57.911
Totais	215.599	222.242	102.862	111.826	27.784	13.741	346.245	347.809

13. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Contempla o recebimento antecipado de prêmios, créditos de prêmios e emolumentos de seguros, cosseguros aceitos e resseguros, quando não identificados no ato do recebimento.

Outros depósitos são caracterizados por créditos que não puderam ser atribuídos como cobrança antecipada ou prêmios e emolumentos recebidos até a data do balanço.

Descrição	31.12.2018					31.12.2017			
	1 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 365 dias	Mais de 365 dias	Totais	1 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 365 dias	Totais
Prêmios e emolumentos recebidos	104	2.213	-	1.272	3.589	3.948	795	2.012	6.755
Outros depósitos	50	466	362	828	1.706	-	-	2.662	2.662
Totais	154	2.679	362	2.100	5.295	3.948	795	4.674	9.417

14. PROVISÕES TÉCNICAS – SEGUROS E RESSEGUROS

14.1 A composição das provisões técnicas está assim apresentada por agrupamentos de ramos:

Danos e Pessoas	31.12.2018							
	Auto	Patrimonial	Transporte	Pessoas	Rural	Responsabilidades	Demais	Total
Provisão de prêmios não ganhos	1.039.809	223.139	91.537	110.781	54.373	55.022	95.066	1.669.727
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	375.710	257.795	70.922	77.927	41.114	579.580	237.915	1.640.963
Provisão de despesas relacionadas - PDR	7.696	8.622	1.747	1.660	2.171	9.545	3.029	34.470
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	35.529	85.746	6.125	37.233	14.590	119.399	30.962	329.584
Provisão complementar de cobertura - PCC	-	-	-	383.132	-	-	-	383.132
Outras provisões	-	-	-	301	-	-	-	301
Provisões técnicas - Seguros	1.458.744	575.302	170.331	611.034	112.248	763.546	366.972	4.058.177

Danos e Pessoas	31.12.2017							
	Auto	Patrimonial	Transporte	Pessoas	Rural	Responsabilidades	Demais	Total
Provisão de prêmios não ganhos	977.892	235.732	79.213	82.410	53.393	60.847	109.314	1.598.801
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	308.885	295.848	97.150	105.247	31.892	533.724	198.884	1.571.630
Provisão de despesas relacionadas - PDR	7.657	8.498	2.163	1.119	1.143	7.110	2.080	29.770
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	48.610	98.967	15.921	34.854	8.480	192.907	33.597	433.336
Provisão complementar de cobertura - PCC	-	-	-	328.800	-	-	-	328.800
Outras provisões	-	-	-	262	-	-	-	262
Provisões técnicas - Seguros	1.343.044	639.045	194.447	552.692	94.908	794.588	343.875	3.962.599

14.2 Os Ativos de resseguros - provisões técnicas estão assim apresentadas, por agrupamentos de ramos:

Danos e Pessoas	31.12.2018							
	Auto	Patrimonial	Transporte	Pessoas	Rural	Responsabilidades	Demais	Total
Provisão de prêmios não ganhos	-	58.677	72.798	1.286	11.611	25.304	57.520	227.196
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	506	188.966	34.237	18.309	19.725	423.556	219.058	904.357
Provisão de despesas relacionadas - PDR	2	3.705	964	19	982	6.533	2.486	14.691
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	-	57.560	4.696	1.179	7.477	94.027	26.138	191.077
Provisão complementar de cobertura - PCC	-	-	-	56.915	-	-	-	56.915
Ativos de resseguro	508	308.908	112.695	77.708	39.795	549.420	305.202	1.394.236

Danos e Pessoas	31.12.2017							Total
	Auto	Patrimonial	Transporte	Pessoas	Rural	Responsabilidades	Demais	
Provisão de prêmios não ganhos	-	82.848	61.237	1.766	13.525	30.838	59.702	249.916
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	495	216.165	57.822	39.041	9.439	385.769	185.382	894.113
Provisão de despesas relacionadas - PDR	2	3.563	1.427	10	364	4.720	1.404	11.490
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	-	69.167	12.426	1.442	3.069	154.812	30.243	271.159
Provisão complementar de cobertura - PCC	-	-	-	47.500	-	-	-	47.500
Ativos de resseguro	497	371.743	132.912	89.759	26.397	576.139	276.731	1.474.178

14.3 A movimentação das provisões técnicas, registrada no passivo circulante e não circulante, está assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31.12.2017	Constituições	Reversões/Pagamentos	Atualizações	Saldo em 31.12.2018
Provisão de prêmios não ganhos	1.598.801	393.387	(318.773)	(3.688)	1.669.727
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	1.387.127	2.509.045	(2.520.789)	23.478	1.398.861
PSL - Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	199.161	61.836	(7.428)	-	253.569
PSL - Estimativa de salvados e ressarcidos	(14.658)	(3.919)	7.110	-	(11.467)
Provisão despesas relacionadas - PDR	22.917	122.056	(120.380)	131	24.724
PDR - Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	6.853	3.050	(157)	-	9.746
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	438.252	10.438	(114.534)	-	334.156
IBNR - Estimativa de salvados e ressarcidos	(4.916)	(715)	1.059	-	(4.572)
Provisão complementar de contribuição - PCC	328.800	70.785	(16.453)	-	383.132
Outras provisões	262	39	-	-	301
Totais	3.962.599	3.166.002	(3.090.345)	19.921	4.058.177

Descrição	Saldo em 31.12.2016	Constituições	Reversões/Pagamentos	Atualizações	Saldo em 31.12.2017
Provisão de prêmios não ganhos	1.457.612	487.244	(347.900)	1.845	1.598.801
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	1.620.866	2.275.390	(2.503.321)	(5.808)	1.387.127
PSL - Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	213.093	5.184	(19.116)	-	199.161
PSL - Estimativa de salvados e ressarcidos	(10.936)	(6.456)	2.734	-	(14.658)
Provisão despesas relacionadas - PDR	18.549	121.851	(117.517)	34	22.917
PDR - Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	6.592	545	(284)	-	6.853
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	482.086	18.994	(62.828)	-	438.252
IBNR - Estimativa de salvados e ressarcidos	(16.820)	(959)	12.863	-	(4.916)
Provisão complementar de contribuição - PCC	297.000	31.800	-	-	328.800
Outras provisões	236	26	-	-	262
Totais	4.068.278	2.933.619	(3.035.369)	(3.929)	3.962.599

14.4 A movimentação das provisões técnicas de resseguro, registrada no ativo circulante e não circulante, está assim apresentada:

Danos e Pessoas	Saldo em 31.12.2017	Constituições	Reversões/Pagamentos	Atualizações	Saldo em 31.12.2018
Provisão de prêmios não ganhos	249.916	158.177	(177.338)	(3.559)	227.196
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	779.327	638.748	(669.115)	21.245	770.205
PSL - Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	114.786	26.165	(6.799)	-	134.152
Provisão de despesas relacionadas - PDR	8.721	29.801	(29.339)	(163)	9.020
PDR - Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	2.769	3.028	(126)	-	5.671
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	271.159	1.124	(81.206)	-	191.077
Provisão complementar de cobertura - PCC	47.500	12.605	(3.190)	-	56.915
Ativos de resseguro	1.474.178	869.648	(967.113)	17.523	1.394.236

Danos e Pessoas	Saldo em 31.12.2016	Constituições	Reversões/ Pagamentos	Atualizações	Saldo em 31.12.2017
Provisão de prêmios não ganhos	299.140	85.696	(136.676)	1.756	249.916
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	1.037.685	504.097	(756.364)	(6.091)	779.327
PSL - Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	126.960	5.176	(17.350)	-	114.786
Provisão de despesas relacionadas - PDR	6.698	31.359	(29.416)	80	8.721
PDR - Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	2.580	296	(107)	-	2.769
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	300.589	11.860	(41.290)	-	271.159
Provisão complementar de cobertura - PCC	44.000	3.500	-	-	47.500
Ativos de resseguro	1.817.652	641.984	(981.203)	(4.255)	1.474.178

14.5 Ativos vinculados para cobertura das provisões técnicas - seguros

A cobertura das provisões técnicas por ativos vinculados é apresentada pelo seu valor contábil, gerando a suficiência abaixo demonstrada.

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Provisões técnicas	4.058.177	3.962.599
Deduções:		
Resseguros	(1.221.142)	(1.270.204)
Direitos creditórios	(807.652)	(716.497)
Custo de aquisição diferidos	(125.908)	(123.009)
Depósito judiciais	(4.438)	(1.759)
Totais a serem cobertos	1.899.037	1.851.130
Ativos Vinculados		
Quotas de fundos de investimentos	150.313	97.613
Títulos de renda fixa - públicos	1.990.803	1.884.166
Totais	2.141.116	1.981.779
Suficiência	242.079	130.649

A suficiência do índice de liquidez em relação ao Capital de Risco (CR) está representada na nota 4.6.1 PLA – Patrimônio líquido ajustado e Capital mínimo requerido

14.6 Tabela de desenvolvimento de sinistros

A tabela abaixo demonstra o desenvolvimento dos sinistros avisados, considerando despesas relacionadas, porém não contempla valores de retrocessão, salvados e ressarcimentos. A parte superior da tabela ilustra como a estimativa do sinistro se desenvolve através do tempo e a parte inferior reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço.

Brutos de resseguros cedidos (*)

	31.12.09	31.12.10	31.12.11	31.12.12	31.12.13	31.12.14	31.12.15	31.12.16	31.12.17	31.12.18	Totais
No ano do aviso	1.019.608	947.749	1.238.108	1.660.616	2.018.818	2.098.428	2.115.615	1.608.772	1.742.027	1.963.371	
Um ano após o aviso	1.079.112	1.002.812	1.298.101	1.838.975	2.222.297	2.095.234	2.217.533	1.616.853	1.747.084	-	
Dois anos após o aviso	1.080.004	1.004.919	1.314.237	1.867.799	2.211.075	2.084.028	2.123.585	1.624.976	-	-	
Três anos após o aviso	1.081.543	990.975	1.319.221	1.882.972	2.208.898	2.103.462	2.147.210	-	-	-	
Quatro anos após o aviso	1.084.623	995.206	1.326.562	1.891.568	2.225.026	2.108.865	-	-	-	-	
Cinco anos após o aviso	1.083.936	994.921	1.326.675	1.891.709	2.230.836	-	-	-	-	-	
Seis anos após o aviso	1.087.511	999.543	1.339.008	1.892.845	-	-	-	-	-	-	
Sete anos após o aviso	1.088.210	1.002.468	1.341.499	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos após o aviso	1.090.027	1.016.140	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após o aviso	1.093.617	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	31.12.09	31.12.10	31.12.11	31.12.12	31.12.13	31.12.14	31.12.15	31.12.16	31.12.17	31.12.18	Totais
Incorridos	1.093.617	1.016.140	1.341.499	1.892.845	2.230.836	2.108.865	2.147.210	1.624.976	1.747.084	1.963.371	17.166.443
(-) Pagos	1.079.343	986.290	1.316.946	1.702.446	2.151.729	2.057.014	1.910.777	1.535.054	1.594.473	1.520.904	15.854.976
Anterior a 2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	107.850
Totais da PSL	14.274	29.850	24.553	190.399	79.107	51.851	236.433	89.922	152.611	442.467	1.419.317

Líquido de resseguros cedidos (*)

	31.12.09	31.12.10	31.12.11	31.12.12	31.12.13	31.12.14	31.12.15	31.12.16	31.12.17	31.12.18	
No ano do aviso	772.486	759.559	961.657	1.214.747	1.555.483	1.424.550	1.348.332	1.301.096	1.412.727	1.507.181	
Um ano após o aviso	797.906	787.309	983.138	1.245.601	1.595.476	1.460.062	1.374.849	1.320.717	1.446.180	-	
Dois anos após o aviso	807.668	790.727	987.295	1.265.319	1.599.238	1.478.712	1.384.938	1.325.396	-	-	
Três anos após o aviso	811.169	789.373	991.112	1.261.544	1.607.608	1.483.537	1.390.397	-	-	-	
Quatro anos após o aviso	811.723	792.172	991.712	1.259.994	1.609.778	1.486.810	-	-	-	-	
Cinco anos após o aviso	809.760	792.641	994.203	1.263.931	1.612.717	-	-	-	-	-	
Seis anos após o aviso	812.613	795.394	995.835	1.267.685	-	-	-	-	-	-	
Sete anos após o aviso	813.751	796.856	998.616	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos após o aviso	815.257	797.196	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após o aviso	816.787	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	31.12.09	31.12.10	31.12.11	31.12.12	31.12.13	31.12.14	31.12.15	31.12.16	31.12.17	31.12.18	Totais
Incorridos	816.787	797.196	998.616	1.267.685	1.612.717	1.486.810	1.390.397	1.325.396	1.446.180	1.507.181	12.648.965
(-) Pagos	812.080	788.439	982.929	1.241.836	1.575.292	1.450.507	1.342.843	1.276.058	1.396.677	1.195.096	12.061.757
Anterior a 2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	52.884
Totais da PSL	4.707	8.757	15.687	25.849	37.425	36.303	47.554	49.338	49.503	312.085	640.092

(*) A tabela de desenvolvimento de sinistro não contempla a retrocessão no valor de R\$ 4.268.

Em relação aos sinistros judiciais, o valor é particularmente sensível à jurisprudência relativa a matéria em questão. Na estimativa da Provisão de sinistros a liquidar, a Seguradora utiliza-se de técnicas baseadas no histórico de pagamentos.

15. DEPÓSITOS E PROVISÕES JUDICIAIS E OUTROS CREDITOS OPERACIONAIS

A Seguradora contesta, na esfera judicial, a constitucionalidade de certos impostos e contribuições, e responde a processos judiciais oriundos de sinistros e ações de natureza cível e trabalhista.

Durante o exercício de 2018 a Seguradora procedeu atualização monetária dos saldos ativos e passivos oriundos de processos judiciais fiscais, após pacificação de entendimento proferida pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ. Os montantes estão apresentados na coluna "Atualização monetária".

	Depósitos judiciais e fiscais				Provisões judiciais					
	Saldos em 31.12.2017	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 31.12.2018	Saldos em 31.12.2017	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 31.12.2018
Fiscais	110.301	2.098	-	132.321	244.720	118.713	15.297	(9.285)	132.475	257.200
Cíveis	1.493	756	(606)	-	1.643	19.111	6.141	(6.098)	-	19.154
Trabalhista	4.465	181	(1.931)	-	2.715	6.886	1.738	(3.056)	-	5.568
Sinistros	3.571	9.939	(8.054)	-	5.456	-	-	-	-	-
Totais	119.830	12.974	(10.591)	132.321	254.534	144.710	23.176	(18.439)	132.475	281.922

	Depósitos judiciais e fiscais				Provisões judiciais					
	Saldos em 31.12.2016	Adições	Baixas	Saldos em 31.12.2017	Saldos em 31.12.2016	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 31.12.2017	
Fiscais	108.358	1.973	(30)	110.301	116.253	2.132	(1)	329	118.713	
Cíveis	5.260	1.417	(5.184)	1.493	20.940	6.114	(7.943)	-	19.111	
Trabalhista	3.634	1.496	(665)	4.465	5.703	4.373	(3.190)	-	6.886	
Sinistro	10.820	1.825	(9.074)	3.571	-	-	-	-	-	
Totais	128.072	6.711	(14.953)	119.830	142.896	12.619	(11.134)	329	144.710	

As principais ações em curso, cujos montantes envolvidos são provisionados de acordo com os valores prováveis de desembolso, estão descritas abaixo:

15.1 INSS

15.1.1 Contribuição social e adicional sobre repasses de comissões pagas a corretores e honorários médicos (Processo nº 2001.61.00.004752-6)

Por meio dessa ação é questionada a obrigação tributária instituída pela Lei nº 9.876/99 e art. 22, I, da Lei nº 8.212/1991, que determinam o recolhimento de contribuição social e seu adicional sobre os repasses de comissões pagas a corretores de seguros e honorários médicos decorrentes de

indenizações de seguro-saúde comercializados pela Seguradora. A ação foi julgada improcedente, sendo interposto recurso de apelação, ao qual foi dado parcial provimento, para declarar a inexistência de relação jurídico-tributária que obrigue a Autora recolher Contribuição Social (art. 22, inciso III e § 1º da Lei nº 8.212/91, com redação dada pela Lei nº 9.876/99) incidente sobre os valores relativos ao pagamento dos médicos do seguro-saúde. Desta decisão, a União Federal interpôs Agravo Interno, que pende de julgamento, mediante a realização de depósitos judiciais dos valores não recolhidos. O montante provisionado é de R\$ 111.917 (R\$ 50.073 em 31 de dezembro de 2017) e depósitos judiciais no montante de R\$ 111.719 (R\$ 49.911 em 31 de dezembro de 2017).

15.2 PIS

15.2.1 Lei nº 9.718/98 (Processo nº 1999.61.00.058875-9)

Trata-se de mandado de segurança impetrado visando o reconhecimento da inconstitucionalidade do artigo 3º da Lei 9.718/98, que estabelece a incidência de PIS sobre as receitas da Seguradora. O pedido foi julgado procedente em primeira instância, para determinar o recolhimento do PIS na forma estabelecida pela Lei complementar nº 7/70. A decisão foi reformada pelo Tribunal. A Seguradora interpôs Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal - STF e obteve decisão procedente, afastando a aplicação do art. 3º, §1º da Lei nº 9.718/98. No decorrer do processo, a Seguradora efetuou o depósito judicial dos valores de PIS apurado com base na totalidade de suas receitas. Com o trânsito em julgado da decisão do STF, a Seguradora requereu a conversão em renda à União dos valores depositados relativos ao PIS apurado sobre faturamento, bem como o levantamento dos valores relativos às demais receitas. Foi determinada a realização de perícia contábil pelo juízo para apuração do valor a ser levantado pela União. O processo aguarda definição acerca do montante depositado devido a cada uma das partes. O montante provisionado é de R\$ 85.347 (R\$ 33.724 em 31 de dezembro de 2017) e depósitos judiciais no montante de R\$ 74.273 (R\$ 33.724 em 31 de dezembro de 2017).

15.2.2 PIS – Emenda constitucional 17/97 e Medida Provisória 1.537-45/97 (Processo nº 97.0057213-7)

Essa ação discute a inconstitucionalidade da Medida Provisória nº 1.537- 45/97, que determina o recolhimento de PIS com base na receita bruta operacional. O pedido foi julgado parcialmente procedente e a Seguradora interpôs recurso de apelação, que foi parcialmente acolhido, mediante a realização de depósitos judiciais dos valores não recolhidos. Na sequência, a Autora interpôs recurso extraordinário e recurso especial e a União Federal recurso extraordinário. Foi proferida decisão da vice-presidência sobrestando o processo até o julgamento do Recurso Extraordinário nº 578.846, que versa sobre a mesma matéria. O montante provisionado é de R\$ 44.904 (R\$ 23.800 em 31 de dezembro de 2017) e depósitos judiciais no montante de R\$ 58.728 (R\$ 26.666 em 31 de dezembro de 2017).

15.3 Ação Ordinária – PERDCOMPS (Processo nº 2009.61.00.026009-9)

A Seguradora ingressou com ação declaratória em face da União visando anular decisões proferidas pela Receita que não admitiram o processamento de duas PERDCOMPS retificadoras de débitos de Imposto de Renda e COFINS. A ação foi julgada procedente, razão pela qual a União interpôs recurso de apelação, o qual foi acolhido. A Seguradora interpôs recursos aos Tribunais Superiores, que pendem de julgamento. O montante provisionado é de R\$ 1.873 (R\$ 1.834 em 31 de dezembro de 2017).

15.4 IOF – Decreto Lei 1.071/94 (Processo nº 94.0031909-6)

O presente processo foi proposto pelo Banco Braseg para discutir a legalidade do Decreto Lei nº 1.071/94 que determinou o recolhimento de IOF na liquidação de contratos de câmbio. O Banco Braseg originalmente era controlado pela Seguradora e posteriormente foi alienado ao Grupo Itaú (Itausaga). Dada a improcedência dos pedidos em primeira e segunda instância, foram interpostos recursos aos Tribunais Superiores. Pela adesão ao parcelamento instituído pela Lei nº 12.865/13, a Seguradora desistiu da ação e providenciou o pagamento do débito de forma parcelada. Deve-se aguardar a homologação do parcelamento para liberação da fiança e arquivamento do processo. Foi determinado o envio ao arquivo sobrestado até a análise do pedido de revisão de consolidação no Processo Administrativo nº 16327.720818/2017-56.

15.5 Ações trabalhistas

Reclamações trabalhistas movidas por ex-colaboradores que pretendem receber verbas oriundas do extinto contrato de trabalho. Há também ações trabalhistas movidas por prestadores de serviços que pedem o reconhecimento de vínculo empregatício diretamente com a Seguradora ou sua responsabilidade subsidiária pelo pagamento de verbas trabalhistas que entendem devidas pela empresa prestadora de serviços terceirizados. Existem depósitos judiciais efetuados para garantia e discussão até decisão final. O montante provisionado é de R\$ 5.568 (R\$ 6.886 em 31 de dezembro de 2017) e depósitos judiciais no montante de R\$ 2.715 (R\$ 4.465 em 31 de dezembro de 2017). O valor da

causa cuja probabilidade de perda é considerada possível totalizou R\$ 68.317 (R\$ 63.810 em 31 de dezembro de 2017).

15.6 Ações cíveis

15.6.1 Ações cíveis – não relacionados ao produto seguros

Trata-se de ações em trâmite perante varas cíveis, cujos pedidos não estão relacionados ao produto seguro e versam sobre matérias diversas (revisonais, usucapião, adjudicação compulsória, controle de licença da marca registrada, entre outros). A provisão está pautada no valor do pedido ou da condenação. O montante provisionado é de R\$ 28 (R\$ 18 em 31 de dezembro de 2017). O valor da causa cuja probabilidade de perda é considerada possível totalizou R\$ 4.618 (R\$ 3.606 em 31 de dezembro de 2017).

15.6.2 Ações cíveis – não relacionadas a sinistros

Ações judiciais ajuizadas por segurados e não segurados para cobrança de indenizações oriundas de reclamações diversas relativas ao contrato de seguro. São constituídas provisões suficientes para o pagamento de eventuais condenações e das despesas de acordo com metodologia específica de previsão do montante a ser pago conforme Nota Técnica Atuarial.

As contingências, bem como suas despesas, são provisionadas de acordo com os valores prováveis de perda. O montante provisionado é de R\$ 19.126 (R\$ 19.093 em 31 de dezembro de 2017) e depósitos judiciais no montante de R\$ 1.643 (R\$ 1.493 em 31 de dezembro de 2017).

15.7 Sinistros judiciais

Ações judiciais movidas por segurados ou seus beneficiários em decorrência da recusa de pagamento de indenizações ou divergências em relação ao valor da indenização reclamada. São constituídas provisões suficientes para o pagamento das eventuais indenizações e das despesas de acordo com metodologia específica de previsão do montante a ser pago conforme Nota Técnica Atuarial. O montante está classificado na rubrica "Provisão de sinistros a liquidar" e, para garantia da liquidação das ações, em certas ocasiões é requerido que os valores envolvidos sejam depositados judicialmente.

O quadro abaixo demonstra o total dos pagamentos relativos a ações judiciais relacionadas a sinistros.

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Total de ações judiciais pagas no exercício e que se encontravam provisionadas	67.610	132.752
Total provisionado de ações judiciais pagas no exercício	205.281	275.820
Processos encerrados sem pagamento no exercício, para os quais havia provisão constituída	12.385	11.081
Total de ações judiciais pagas no exercício e não provisionadas no exercício anterior	15.142	7.716

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1 Capital Social - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 1.725.891.233 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Em 26 de março de 2018 a Assembleia Geral Ordinária aprovou as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

16.2 Reservas de reavaliação – Constituída sobre reavaliações de bens do ativo imobilizado, anteriores a 1º de janeiro de 2008, cuja realização se dá por depreciação ou baixa dos referidos bens.

16.3 Ajustes de avaliação patrimonial - Resultado do valor da avaliação dos instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários. Em 31 de dezembro de 2018 o montante registrado nessa rubrica é de R\$ 43.850 (R\$ 13.964 em 31 de dezembro de 2017).

17. PRINCIPAIS RAMOS DE ATUAÇÃO**17.1 Prêmios ganhos e indicadores de sinistralidade e comissionamento**

Ramos agrupados	Prêmios ganhos		Índice de sinistralidade (%)		Índice de comissionamento (%)	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Automóvel	1.871.532	1.652.358	66%	67%	19%	20%
Patrimonial	402.197	428.471	80%	53%	20%	18%
Transporte	307.976	302.722	48%	53%	21%	18%
Pessoas	239.789	226.960	65%	76%	21%	22%
Rural	119.823	115.821	98%	48%	16%	18%
Responsabilidades	97.090	102.401	39%	-39%	16%	17%
Demais	75.140	57.192	77%	84%	11%	14%
Totais	3.113.547	2.885.925	66%	60%	19%	20%

18. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	31.12.2018	31.12.2017
18.1 Prêmios emitidos líquidos	3.242.532	3.057.093
Prêmios diretos	3.062.175	2.899.350
Prêmios de cosseguros aceitos	179.771	168.820
Prêmios cedidos em cosseguros	(7.963)	(9.388)
Prêmios - riscos vigentes e não emitidos	8.549	(1.689)
18.2 Sinistros ocorridos	(2.066.291)	(1.736.499)
Sinistros - Diretos e cosseguro aceito	(2.086.431)	(1.673.839)
Recuperação de sinistros de cosseguro cedido	6.201	(18.468)
Salvados e ressarcimentos	127.338	119.178
Varição da provisão de IBNR	103.752	31.930
Serviços de assistência	(217.151)	(195.300)
18.3 Custo de aquisição	(585.751)	(565.946)
Comissões	(564.048)	(530.030)
Comissões - riscos vigentes e não emitidos	(1.962)	3.832
Despesa com inspeção de risco	(11.540)	(12.045)
Outras despesas de comercialização	(35.541)	(49.053)
Recuperação de comissões	739	1.341
Varição das despesas de comercialização diferidas	26.601	20.009
18.4 Resultados com resseguro	(47.348)	(286.623)
Prêmios	(484.993)	(496.978)
Comissões sobre os prêmios	71.338	60.425
Prêmios líquidos de comissões - riscos vigentes e não emitidos	(4.492)	1.185
Recuperação de indenização	471.956	238.682
Salvados e ressarcimentos	(14.231)	(13.217)
Varição da provisão de IBNR	(77.180)	(29.239)
Varição das provisões técnicas	(9.746)	(47.481)
18.5 Outras (despesas) / receitas operacionais	(105.020)	(42.429)
Redução ao valor recuperável-resseguro e cosseguro cedido	(31.553)	(2.237)
Acordo representação comercial	(28.334)	(22.037)
Consultas e prevenção de riscos	(23.765)	(22.439)
Cobrança, apólices e contratos	(12.263)	(22.009)
Despesas operacionais de seguros	(9.395)	(21.046)
Ações judiciais cíveis	(2.960)	(1.968)
Ações judiciais INSS	(2.134)	(2.132)
Redução/Reversão do valor recuperável-bens a venda	(114)	627
Reversão do valor recuperável-adiantamento a corretores	-	6.360
Reversão do valor recuperável-prêmios	23	8.383
Receitas operacionais de seguros	579	29.781
Apuração do ciclo do seguro rural - FERS	4.773	6.173
Outras receitas	123	115

18.6 Despesas administrativas	(414.783)	(376.621)
Pessoal	(172.144)	(173.500)
Localização e funcionamento	(131.770)	(131.306)
Publicidade e propaganda	(58.508)	(43.835)
Serviços de terceiros	(42.213)	(22.480)
Doações convenio Instituto Ayrton Senna	(2.273)	(2.141)
Outras	(7.875)	(3.359)
18.7 Despesas com tributos	(102.153)	(40.695)
PIS e COFINS	(74.408)	(20.663)
Impostos federais sobre remessa ao exterior-serviços	(10.411)	(11.800)
Impostos federais não recuperáveis	(6.059)	-
Impostos municipais	(4.331)	(1.411)
Taxa de fiscalização - reguladora	(3.697)	(4.138)
Demais tributos	(2.712)	(1.517)
Impostos sobre operações de resseguros	(535)	(1.166)
18.8 Receitas financeiras	397.485	246.845
Atualização monetária depósitos judiciais - ações fiscais (NE 15)	132.321	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	99.287	116.149
Juros recebidos sobre aplicações financeiras	59.131	55.046
Operações de seguros e resseguros	49.137	39.506
Atualização monetária provisões técnicas-resseguro	21.245	1.836
Atualização monetária bancos - moeda estrangeira	11.103	3.575
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	9.739	10.195
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	8.825	5.466
Atualização monetária provisões técnicas-direto	3.688	7.493
Programa de incentivo baseado em ações	484	2.933
Outras	2.525	4.646
18.9 Despesas financeiras	(187.135)	(28.559)
Atualização monetária - ações fiscais (NE 15)	(132.475)	(329)
Atualização monetária provisões técnicas - direto	(23.609)	(3.564)
Operações de seguros e resseguros	(11.622)	(7.068)
Atualização monetária bancos - moeda estrangeira	(6.838)	(4.482)
Atualização monetária provisões técnicas-resseguro	(3.722)	(6.091)
Tarifas financeiras	(1.845)	(1.232)
Programa de incentivo baseado em ações	(682)	(2.226)
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	(1.411)
Outras	(6.342)	(2.156)
18.10 Resultado patrimonial	11.178	(75.127)
Receitas com imóveis de renda	7.051	11.833
Ajuste de investimentos em controlada	4.171	(86.933)
Despesas patrimoniais	(44)	(27)
18.11 Ganhos e perdas com ativos não correntes	201	1.338
Resultado na alienação de bens do ativo não corrente	201	1.267
Resultado de outras operações	-	71

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

19.1 Créditos Tributários e Previdenciários

A rubrica do Ativo circulante referente a créditos tributários e previdenciários está assim constituída:

<u>Curto prazo</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Antecipação de IRPJ e CSLL líquido de impostos a pagar	21.252	8.294
Saldo negativo de IRPJ e CSLL	9.416	211
IOF a restituir	4.629	8.474
Tributos federais retidos por órgãos públicos	528	466
Outros tributos a compensar	294	-
Totais	36.119	17.445

A composição dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, de imposto de renda e contribuição social, registrados no longo prazo, é demonstrada a seguir:

	Saldos em	Movimentação		Saldos em
	31.12.2017	Constituição	Utilização	31.12.2018
Imposto de renda				
Provisões para contingências fiscais e cíveis	27.045	28.600	(27.048)	28.597
Provisões para perdas	9.817	17.728	(9.817)	17.728
Provisões com funcionários	8.106	8.620	(8.107)	8.619
Outras provisões	10.052	9.874	(10.049)	9.877
Contribuição social				
Provisões para contingências fiscais e cíveis	16.042	17.421	(20.448)	13.015
Provisões para perdas	7.852	14.182	(11.399)	10.635
Provisões com funcionários	6.486	6.896	(8.210)	5.172
Outras provisões	8.040	7.899	(10.014)	5.925
Créditos tributários	93.440	111.220	(105.092)	99.568
PIS e COFINS - Diferido sobre PSL e IBNR	38.327	39.991	(38.327)	39.991
Totais	131.767	151.211	(143.419)	139.559

	Saldos em	Movimentação		Saldos em
	31.12.2016	Constituição	Utilização	31.12.2017
Imposto de renda				
Provisões para contingências fiscais e cíveis	26.888	27.047	(26.890)	27.045
Provisões para perdas	13.100	9.817	(13.100)	9.817
Provisões com funcionários	8.122	8.752	(8.768)	8.106
Outras provisões	15.109	10.049	(15.106)	10.052
Prejuízo fiscal	-	70	(70)	-
Contribuição social				
Provisões para contingências fiscais e cíveis	15.986	16.040	(15.984)	16.042
Provisões para perdas	10.479	7.853	(10.480)	7.852
Provisões com funcionários	7.014	6.486	(7.014)	6.486
Outras provisões	12.086	8.039	(12.085)	8.040
Base negativa	-	480	(480)	-
Créditos tributários	108.784	94.633	(109.977)	93.440
PIS e COFINS - Diferido sobre PSL e IBNR	-	38.327	-	38.327
Totais	108.784	132.960	(109.977)	131.767

Os tributos diferidos oriundos de ganhos e perdas não realizados sobre os ajustes de avaliação patrimonial, classificados no ativo e passivo diferido, foram compensados no passivo não circulante e totalizaram R\$ 10 e R\$ 27.957, respectivamente, (R\$ 5.998 ativo e R\$ 16.036 passivo em 31 de dezembro de 2017).

Desde o ano de 2016 a Seguradora não registra os tributos diferidos oriundos dos saldos apurados a título de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, sendo que os saldos contabilizados foram desconhecidos em dezembro do mesmo ano. Em dezembro de 2018, a Seguradora apresenta um saldo acumulado de prejuízo fiscal no valor de R\$ 776.842 e um saldo acumulado de base negativa de CSLL no valor de R\$ 774.037.

Sobre o estoque de diferenças temporárias de IRPJ e CSLL, a Seguradora registra a totalidade do saldo apurado e estima que os mesmos devem se realizar conforme demonstrado abaixo:

Expectativa do ano de realização	Valor
2019	25.624
2020	14.877
2021	9.306
2022	9.306
2023	37.439
2024	1.543
2025	491
2026	491
2027	491
Totais	99.568

19.2 Imposto de renda e contribuição social

Demonstração do cálculo do imposto de renda e contribuição social juntamente com a sua composição das contas de resultados.

	31.12.2018	31.12.2017
Resultado antes dos impostos e após as participações	(14.714)	(35.718)
Alíquotas nominais:		
IRPJ - 25%	3.679	8.930
CSLL - 20%	2.943	7.144
Provisões para contingências fiscais e cíveis	(1.048)	(284)
Provisões para perdas	(14.240)	5.910
Provisões com funcionários	(1.469)	909
Ajuste de equivalência patrimonial	1.877	(39.120)
Outras provisões	(882)	9.383
Outros ajustes permanentes	(1.505)	7.376
Compensação e Incentivos fiscais	3.682	195
Imposto de renda e contribuição social a pagar / recuperar	(6.963)	443
Créditos tributários sobre diferenças temporárias	6.128	(15.344)
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	-	(480)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(835)	(15.381)

19.3 Impostos e contribuições a recolher

A provisão de impostos e contribuições sobre o faturamento e lucro real a recolher no passivo circulante são compostos por PIS e COFINS sendo seus montantes R\$ 6.285 e R\$ 1.021 (R\$ 4.547 e R\$ 739 em 31 de dezembro de 2017), respectivamente.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Seguradora identificou como partes relacionadas à Seguradora, seu controlador em última instância e empresas ligadas, sua controlada, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05.

20.1 Partes relacionadas – empresas do grupo

A Seguradora compartilha com a sua controlada Allianz Saúde S.A. certos componentes da estrutura operacional e administrativa que se baseiam nas seguintes operações: (a) os colaboradores da Seguradora são beneficiários de seguro-saúde contratado junto a Allianz Saúde; (b) os colaboradores da Allianz Saúde são beneficiários de seguro de vida contratados junto à Seguradora.

Com as demais empresas relacionadas à Seguradora mantém transações decorrentes de intermediação de operações de seguros e assistência de seguros (S), resseguros (R), prestações de serviços e serviços administrativos (P).

Partes Relacionadas	Tipo	31.12.2018				31.12.2017			
		ATIVO	PASSIVO	RECEITA	DESPESA	ATIVO	PASSIVO	RECEITA	DESPESA
Allianz SE	R / P	15.032	19.514	56.420	(31.513)	6.505	8.381	3.373	(29.631)
Allianz Global Corporate & Specialty	R	322.367	58.512	15.258	(72.393)	303.916	70.994	180.303	(26.977)
Allianz Global Corporate & Specialty Resseg Brasil S.A.	R	90.185	101.783	109.245	(157.302)	129.026	136.373	102.787	(189.853)
Allianz Argentina Compañía de Segs	P	-	-	-	-	-	-	-	(37)
Allianz Compañía Seg y Reaseguros	P	-	-	-	(1.052)	-	-	-	(3.524)
Allianz do Brasil Participações Ltda	P	37	-	932	-	37	-	435	-
Allianz Investment Management SE	P	-	-	-	(192)	-	-	-	(221)
Allianz Managed Operations & Serv S	P	-	-	-	-	-	-	-	(714)
Allianz Saúde S.A.	S	169	-	1.744	(12.347)	147	-	1.692	(10.412)
Allianz Global Health GMBH	P	-	-	-	(696)	-	-	-	(937)
Allianz Technology	P	-	8.998	-	(36.923)	-	7.618	-	(30.033)
Allianz Worldwide Care	P	-	-	-	(124)	-	-	-	(150)
AWP Service Brasil Ltda (Mondial)	S	-	21.615	45	(112.347)	-	20.215	5	(163.903)
Brasil de Imóveis e Participações Ltda	P	8	-	94	-	8	-	92	-
Corsetec Sociedade Corretora de Seguros	S	8	-	94	(32)	8	-	92	(21)
Euler Hermes Seguros de Crédito S.A.	P	10	-	66	-	5	-	51	-
Euler Hermes Serviços de Gestão de Riscos Ltda	P	7	-	29	-	3	-	34	-
Mindseg Corretora de Seguros Ltda	S	-	84	-	(1.166)	-	118	-	(840)
Totais		427.823	210.506	183.927	(426.087)	439.655	243.699	288.864	(457.253)

20.2 Partes relacionadas – Administração

A remuneração paga aos membros da Administração, registrada na rubrica “Despesas administrativas”, referente a benefícios de curto prazo, totalizou em 2018 R\$ 7.281 (R\$ 6.066 em 31 de dezembro de 2017).

20.2.1 Programa de incentivo baseado em ações

O Grupo Allianz oferece, em nível mundial, o programa *Allianz Equity Incentive* (AEI) com objetivo de fomentar a atuação dos principais executivos a longo prazo.

O programa de remuneração é garantido em forma de *Restricted Stock Units* (RSUs), uma ação virtual, mensurada na data de concessão pelo valor da remuneração do executivo, dividido pelo valor de mercado médio das ações da Allianz SE.

O período de aquisição do direito à remuneração é de 4 anos, e ao final deste período, as RSUs são valorizadas pelo valor de mercado médio atualizado das ações. O pagamento do programa é limitado a 200% da valorização da ação no período e liquidado, exclusivamente, em caixa. O programa prevê também o pagamento antecipado da remuneração durante o período de *vesting* para colaboradores considerados *good leavers*.

O valor de mercado médio das ações é obtido através da média aritmética do preço de fechamento das ações da Allianz SE no sistema eletrônico da bolsa de valores de Frankfurt na data de exercício do benefício e dos nove dias imediatamente antecedentes e subtraído do valor presente de dividendos esperados a pagar para cada ação durante o período de aquisição.

Todas as informações relativas ao programa são calculadas e processadas pela matriz, que distribui mensalmente os saldos a serem registrados pelas empresas do Grupo.

A parcela constituída como obrigação a pagar tem como contrapartida a despesa na demonstração de resultados. O montante apurado é transferido para o Grupo através de operação cambial, que por sua vez adquire e administra o portfólio de ativos financeiros que serão novamente transferidos para a Seguradora quando o benefício de concessão for exercido pelo executivo. Os ativos constituídos totalizaram, em 31 de dezembro de 2018 R\$ 2.651 (R\$ 4.107 em 31 de dezembro de 2017).

Os saldos registrados na rubrica “Obrigações a pagar” (nota 11) referentes ao programa AEI estão demonstrados no quadro abaixo.

Ano de concessão	Saldo em 31.12.2017	Emissão / (Exercício)	Ajuste ao valor de mercado	Varição cambial	Transfe-rência	Saldo em 31.12.2018
AEI 2014	689	-	8	18	(715)	-
AEI 2015	759	-	26	26	(699)	112
AEI 2016	547	-	32	21	(480)	120
AEI 2017 (*)	524	(159)	245	40	(211)	439
AEI 2018 (*)	362	170	119	32	(87)	596
AEI 2019	-	168	259	(9)	-	418
Totais	2.881	179	689	128	(2.192)	1.685

Ano de concessão	Saldo em 31.12.2016	Emissão / (Exercício)	Ajuste ao valor de mercado	Variação cambial	Transferên cia	Saldo em 31.12.2017
AEI 2013	1.825	(1.973)	167	(19)	-	-
AEI 2014	995	-	686	212	(1.204)	689
AEI 2015	808	-	638	179	(866)	759
AEI 2016	439	-	441	104	(437)	547
AEI 2017	383	526	(164)	89	(310)	524
AEI 2018	-	256	232	22	(148)	362
Totais	4.450	(1.191)	2.000	587	(2.965)	2.881

(*) Exercício antecipado referente aos programas AEI 2017 e AEI 2018 no montante de R\$ 380.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Controlada Allianz Saúde, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de janeiro de 2019, aprovou, em consonância ao artigo 1.082, incisos I e II da Lei 10.406/2002, a redução do seu Capital social no montante de R\$ 50.000, tendo em vista o excesso de Capital social em relação ao objeto da Seguradora. Após a efetivação da referida redução, que ocorrerá sessenta dias após a publicação da ata nos jornais competentes, o investimento equivalente da Seguradora será reduzido de acordo com o montante acima.

22. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Determinadas normas, interpretações ou alterações serão aplicáveis no decorrer de 2019 ou exercício posterior. Para a preparação das referidas demonstrações financeiras a Administração não considerou a adoção das citadas normas e não pretende adotá-las de forma antecipada.

- CPC 48 – Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros e será aplicável quando referendada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
- CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que os arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Este pronunciamento altera de maneira substancial a contabilidade das entidades arrendatárias. O CPC 06 (R2) entra em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
- IFRS 17 – Contratos de seguros, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. A IFRS 17 entra em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 e será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
- Circular SUSEP nº 575/2018 – Estabelece novos procedimentos para contabilização e divulgação dos Salvados e Ressarcidos, segregando entre estimados e ativados. Os novos procedimentos devem ser adotados a partir de 1º de janeiro de 2019.

Os possíveis impactos decorrentes da aplicação das referidas normas acima, interpretações ou alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

DIRETORIA:

ATUÁRIA:

Milena Farat Milani
MIBA nº 3107

CONTADOR:

Fernando Siqueira Alencar
CRC 1SP213784/O-0